



23º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de julho a 30 de setembro de 2024



PREVENÇÃO SOCIAL
À CRIMINALIDADE

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE – SUPEC

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Christiana Dornas Rodrigues

ELABORAÇÃO:

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Marina Tereza da Silva Coelho – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP

Ana Carolina dos Santos Gonçalves – Representante da unidade financeira do OEP

Cícera Maia - Membro da Comissão de Monitoramento

ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flávia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

Vanessa Serva Maciel Golgher

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein

Cristiane Pereira Gabriel Brum

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PENAIIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Fabiana Dias dos Santos da Silva

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA
PRISIONAL**

Karolina Adrienne Silva Oliveira

Paloma de Souza Santos Pereira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	5
2.1. Detalhamento dos resultados alcançados	9
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	9
Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	16
Área Temática 3 – Programa Se Liga	22
Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA.....	24
Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp	30
Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.....	34
Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas.....	38
Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	43
Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	45
Área Temática 10 – Gestão da Parceria.....	46
3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	46
3.1. Detalhamento da realização dos produtos	46
4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	48
4.1. Análise das receitas e despesas do período.....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 002/2019, no período de 01/07/2024 a 30/09/2024 (23º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, com sua devida análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG).

Ressaltamos ainda, que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência sobre as metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a SUPEC. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas e a apresentação da avaliação neste documento.

Destacam-se algumas ações relevantes trazidas pela OS no RGR, como a realização do Cine Juventudes no Centro de Referência da Juventude em Belo Horizonte, que contou com a participação de adolescentes e jovens de diversos territórios atendidos pelos programas Fica Vivo e Se Liga; eventos e ações dos Programas baseados no calendário temático, agosto lilás e setembro amarelo; as capacitações executadas para as equipes e gestores sociais (extensiva aos supervisores metodológicos e da gestão e demais profissionais da Política de Prevenção) e expansão do processo de padronização e gestão dos arquivos, com a etapa de conclusão com as equipes do PrEsp e a capacitação junto as equipes técnicas dos Programas Ceapa e Fica Vivo de todas as UPCs do estado.

Em relação aos produtos, destacam-se as entregas realizadas pelo Instituto Elo, especialmente o Relatório de Execução da Implantação da UPC de abrangência regional (RISP 15 Teófilo Otoni) e o evento de anúncio da implantação da UPC do bairro Estrela Dalva em Contagem, marcando a expansão e fortalecimento da política no município.

2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					23º Período Avaliatório jul/2024 a set/2024	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 41.034 •	• 49.409 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.980 •	• 2.502 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 10.260 •	• 10.693 •
2		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.240 •	• 3.325 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.910 •	• 8.484 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 83.643 •	• 90.324 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 472 •	• 553 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					23º Período Avaliatório jul/2024 a set/2024	
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 2.130 •	• 2.517 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 1.080 •	• 1.356 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 1.215 •	• 941 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 59.976 •	• 64.367 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 77% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 4.284 •	• 3.608 •
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 18.045 •	• 18.047 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 85% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 1.566 •	• 1.792 •
6		6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	• 55 •	• 133 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					23º Período Avaliatório jul/2024 a set/2024	
	Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	• 2.070 •	• 3.665 •
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	• 470 •	• 597 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 935 •	• 599 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.130 •	• 1.083 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 740 •	• 734 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					23º Período Avaliatório jul/2024 a set/2024	
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 273 •	• 299 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 609 •	• 715 •
		8.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 135 •	• 144 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 6,24 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	3	• 64 •	• 64 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	3	• 6 •	• 6 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	-
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	-

2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
41.034	49.409	120,4%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.980	2.502	126,4%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
10.260	10.693	104,2%

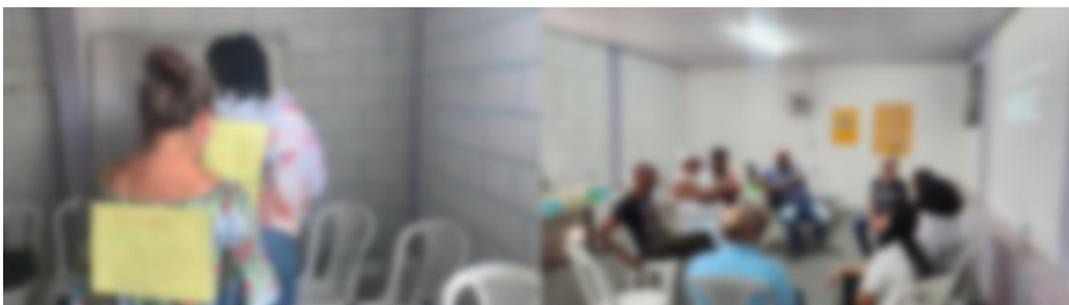
A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) corrobora com a OS quanto ao alcance dos indicadores que mensuram a execução do Programa Mediação de Conflitos, destacando que as oficinas continuam a desempenhar um papel significativo no atingimento das metas. Os projetos de prevenção também impactaram positivamente nos indicadores.

No entanto, como sinalizado no 22º Período Avaliatório (PA), há uma intensificação da dinâmica criminal, resultando em um aumento de homicídios, o que continua sendo a preocupação foco da SUPEC. Embora a OS apresente as circulações nos territórios e os diálogos com referências comunitárias e moradores, como estratégias realizadas pelas equipes frente a esse cenário, a DCM entende que continuam sendo intervenções no campo da leitura, sendo necessário avançar no direcionamento do trabalho das equipes para construções de intervenções preventivas e protetivas eficazes no cenário atual de cada território. Dessa forma, a DCM reforça essa recomendação e espera ações mais concretas e abrangentes durante o próximo período, reconhecendo a qualidade das leituras das equipes em relação a dinâmica criminal, tanto por meio das oficinas, como mencionando pela OS, quanto o investimento na relação próxima das equipes com a comunidade local.

Outro ponto de destaque é a implantação da UPC Estrela Dalva em Contagem. Durante esse período, foram realizadas as articulações necessárias para a implantação assertiva dos programas no território e o início das construções do diagnóstico. Com o início do diagnóstico estabelecido para outubro de 2024, 24º PA, a DCM **recomenda um acompanhamento atento nas articulações e estabelecimento de vínculos da equipe com a rede social mista presente na área de abrangência atendida, garantindo a qualidade da entrada no território e o fortalecimento das parcerias.**

Por fim, vislumbra-se, para o próximo período avaliatório, a realização do Seminário de Oficinas dos Programa Mediação de Conflitos e Programa Fica Vivo!. A DCM ressalta que as articulações são essenciais para organização e construção estratégica do evento, considerando ter pontos de interseção entre a realidade das oficinas e as particularidades do público-alvo, objetivos e metodologias de cada programa. Assim, **recomenda-se que a construção esteja alinhada a esses pontos, possibilitando uma interação construtiva e reflexiva dos participantes, com trocas que contribuam para o aprimoramento e qualificação das ações nos territórios.**

Dando continuidade à análise dos resultados do programa, no que se refere ao **indicador 1.1**, no Relatório Gerencial (RGR), página 10, é mencionada a intensificação da dinâmica em alguns territórios e apresentadas construções de ações por parte das equipes. Embora essa dinâmica tenha sido anunciada de forma ampla e sem especificações detalhadas, a DCM destaca que a violência é a segunda maior demanda de atendimento do programa, conforme apontado na página 12 do RGR, com ênfase na violência contra a mulher. Ressalta-se o investimento das equipes na abordagem desse tema nas ações realizadas no mês de agosto, em referência ao “Agosto Lilás”, conforme sugerido no Calendário Temático. A DCM destaca duas ações realizadas pela equipe do Conjunto Esperança Vila Cemig que, visando ampliar a discussão e reflexão acerca da temática, construíram, além do diálogo com as mulheres, também um espaço com o público masculino.



Agosto Lilás- Ação PMC Conjunto Esperança Vila Cemig/Barreiro/BH – 09/08/2024 e 24/09/2024

Observa-se também a equipe do Jardim Canaã/Uberlândia que, com base em uma análise interseccional, foi estratégica em articular um momento de diálogo com a comunidade a respeito da violência contra mulher intercalado ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.



Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha-Ação PMC Jardim Canaã - 25/07/2024

Contudo, a DCM retoma o apontamento feito no 22ºPA em relação a expandir as construções de ações com os moradores para além do Calendário Temático enviado pela Diretoria do programa. Reforça-se que o Calendário Temático é um recurso informativo e sugestivo que auxilia no fomento das construções com a rede comunitária. **Recomenda-se que a OS direcione o trabalho das equipes para a construção em intervenções que visem a resolução pacífica de conflitos e comunicação não violenta, inferindo no fenômeno dos homicídios que se apresentam como desdobramentos de conflitos intrapessoais e comunitários, conforme análise de cada território. Além disso, solicita-se à OS que no próximo período avaliatório sejam apresentadas as respostas possíveis aos fenômenos territoriais referente aos crimes**

violentos e homicídios de forma mais clara, apresentando os territórios mais latentes e as respostas construídas.

Como exemplo a essa interlocução entre dinâmica territorial e resposta, a DCM destaca a atuação da equipe do Citrolândia/Betim, que organizou encontros com jovens de uma escola do território para dialogar sobre temáticas pertinentes às vivências que atravessam esse público, como racismo, saúde mental identidade de gênero, e protagonismo jovem, trazendo o diálogo e a comunicação não violenta ao foco. Compreende-se que as violências têm causas multifatoriais e multicausais, sendo necessário um olhar cada vez mais estratégico e amplo na construção de intervenções, que levem em consideração os seus diferentes aspectos. No território do Citrolândia, identifica-se que a masculinidade tóxica tem sido um fator associado ao fenômeno da violência, devido à perpetuação de comportamentos violentos nas relações interpessoais.



Protagonismo Jovem -Ação PMC Citrolândia/Betim - 12/07/2024

Destaca-se, igualmente, a equipe do Rosaneves, que tem recebido crescente reconhecimento por parte da comunidade no que concerne à prevenção de violências e homicídios. Enfatiza-se um episódio em que a equipe foi solicitada a auxiliar na elaboração de estratégias preventivas diante de uma possível ação violenta, denominada “pau no gato”, que poderia resultar em homicídio contra um indivíduo acusado de praticar furtos na região. As estratégias delineadas incluíram o fortalecimento do acesso a direitos e à rede de proteção dos envolvidos, bem como de estratégias coletivas para intervir na sociabilidade violenta, visando a prevenção às violências e homicídios.

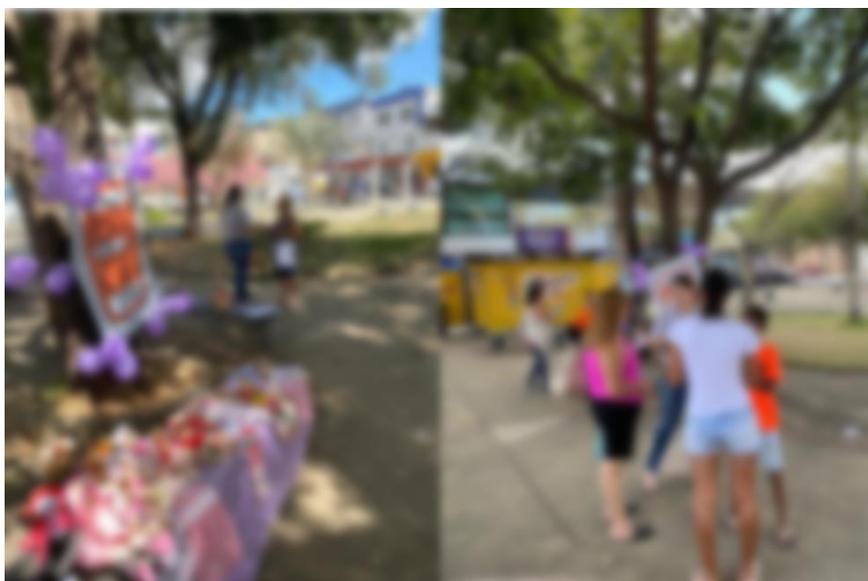
A partir da análise na página 10 do RGR, observa-se que a OS apresenta um aumento nas práticas de atendimento das modalidades coletivas. A DCM corrobora parcialmente com esta percepção, ressaltando que tal aumento não contempla a prática de atendimento “Caso Coletivo”. Além disso, apesar de um crescimento nas ações dos projetos de prevenção, essas foram inexistentes em 13 equipes. **Diante disso, reafirma-se a importância do direcionamento estratégico e equilibrado dessas modalidades, de acordo com as particularidades de cada território.**

A DCM reconhece o empenho da OS em diversificar o uso das práticas de atendimentos coletivos, no entanto, ainda não se observa uma mudança significativa. **Espera-se que no próximo período os resultados indiquem uma melhoria mais expressiva. Solicita-se especial atenção às equipes do Palmital e do Morro Alto, que não alcançaram os indicadores no período avaliatório, bem como do Jardim Teresópolis, que apesar de demonstrar bom desempenho nos meses de julho e agosto, registrou uma queda em setembro. A este último, destaca-se a intensificação da dinâmica criminal e dos homicídios, aspectos que devem ser prioritários na construção das ações no próximo período avaliatório.**

No que se refere à execução das oficinas (página 13 do RGR), a DCM corrobora com a OS, enfatizando o investimento na formação e na qualificação nessa modalidade de atendimento. Em contrapartida, ressalta-

se o aumento no tempo para a reposição das oficinas. Como mencionado pela OS, foi estabelecido um prazo de seis meses para a ampliação das oficinas, porém destaca-se que o PMC Justinópolis não conseguiu implementar nenhuma oficina até o final deste PA. Além disso, Serra e PPL também apresentaram dificuldades nesse processo, sendo que a PPL conseguiu implantar oficinas apenas em setembro, após um histórico de desligamento de oficinas por não adesão da comunidade. Já a Serra fechou o PA sem a reposição da 3ª oficina, que se prolonga desde o início desse trimestre. Reitera-se que no relatório anterior a situação do PMC Justinópolis e PPL já havia sido sinalizada como ponto de preocupação.

Diante dessa fragilidade, a DCM reforça a solicitação feita no 22º PA sobre a necessidade de aprimoramento no acompanhamento qualitativo das oficinas e das oficinas. O objetivo é prevenir e tratar os atravessamentos que têm dificultado a plena execução das atividades, contribuindo para a execução de intervenções cada vez mais preparadas para atender à comunidade, conforme os preceitos metodológicos do programa. Sugere-se a estruturação de um fluxo para a reposição de oficina junto à equipe, tão logo seja sinalizado o desligamento, com um planejamento para a apresentação de um novo projeto.



Ação PMC Bom Jardim/Ipatinga junto às participantes da oficina “Autonomia e autogestão de mulheres”.

Exposição dos artesanatos produzidos pelas mulheres na praça. – 19/08 2024

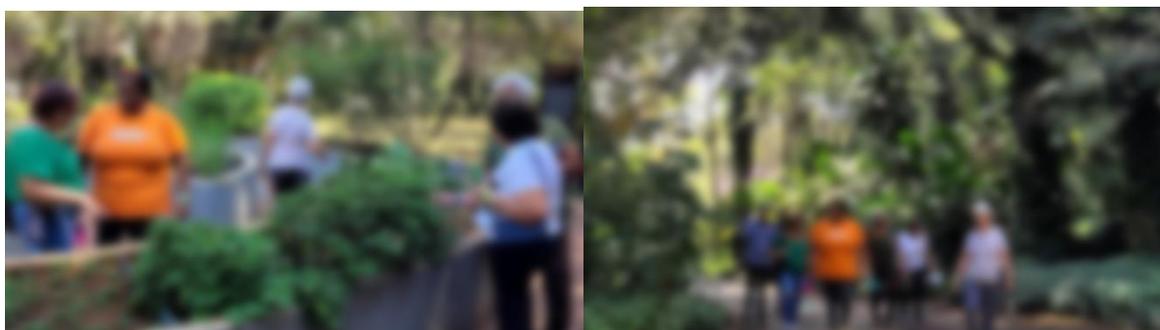
Ainda no tocante as oficinas, na página 12 do RGR, a OS sinaliza que muitas equipes têm utilizado do Calendário Temático para fazer as intervenções nos espaços de oficinas. A DCM concorda com a OS, no que se refere a importância do fortalecimento do vínculo da equipe técnica com as mulheres participantes das oficinas. Por outro lado, sugere-se atenção para que essa presença e atuação não despotencialize o lugar das oficinas, e sim cumpra o papel de fortalecê-las em seus repertórios e narrativas, instrumentalizando-as para se sentirem confiantes nas conduções das temáticas pertinentes a esses espaços.

No que se refere ao **indicador 1.2**, conforme a página 14 do RGR, observa-se um aumento do número médio em comparação ao trimestre anterior. Esse resultado pode ser atribuído às ações de projetos referentes ao “Agosto Lilás”, “Setembro Amarelo” e às oficinas. Já na página 15 do RGR, a OS destaca os desafios de trabalhar a mobilização comunitária em territórios com baixo capital social, marcados pela desigualdade e diversos cenários de violências. A DCM compreende essa reflexão, embora enfatize que são esses marcadores que fazem com que o programa esteja nesses territórios, tendo o PMC um aparato metodológico para possibilitar o trabalho nestes contextos.

Destaca-se a equipe da Serra, que, apesar do capital social do território, não realizou nenhuma construção de projeto de prevenção no trimestre, tampouco apresentou casos coletivos. Conforme a página 16 do RGR, a DCM corrobora sobre os impactos positivos da prática de oficinas como instrumento importante na ampliação do alcance nos territórios. Todavia, ressalta-se que algumas equipes têm apresentado dificuldades na consolidação dessa prática. Como já sinalizado anteriormente, enfatiza-se também a equipe do Justinópolis que, desde março, não conseguiu implementar oficina no território.

Acrescenta-se a oficina “Acorda Menina” do Morro das Pedras que, durante esse período avaliatório, apresentou um baixo número de participantes (2 mulheres). Assim, recomenda-se maior atenção às oficinas que apresentam dificuldades tanto na implantação quanto na mobilização, construindo um diagnóstico qualitativo a respeito dessas situações para ofertar um acompanhamento próximo das equipes e oficinas para mudança desse cenário.

Como exemplo de estratégia assertiva na mobilização de participantes, destaca-se a oficina da UPC Cabana do Pai Tomás, intitulada “Autocuidado com Terapias e Ervas Medicinais”. Esta oficina tem desenvolvido estratégias eficazes de engajamento das participantes, impactando no fortalecimento de vínculos e aumento de capilaridade no território.



Visita ao viveiro de ervas e plantas medicinais no Instituto Inhotim - Oficina PMC Cabana Pai Tomas

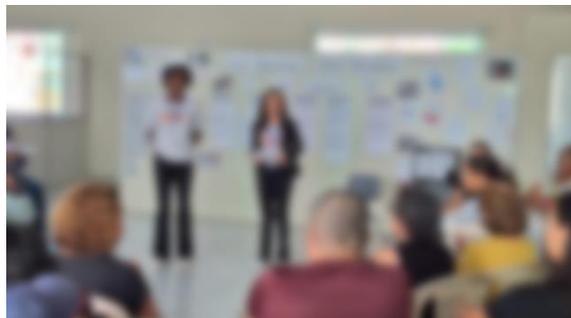
Realizada em 19/08 2024

Outro ponto de destaque refere-se à UPC PPL, conforme contextualizado pela OS na página 23, que trata da confiabilidade dos dados e indicadores apresentados pela equipe. Em 2023, foram detectadas inconsistências, e a DCM orientou a OS a colaborar mais de perto com a equipe, realizando uma nova capacitação na metodologia do programa e corrigindo os erros identificados. No entanto, neste PA, verifica-se a permanência de erros nos relatórios. **Destaca-se que no dia 17 de setembro de 2024, a Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade (SPPC) e a DCM realizaram reunião com a OS para tratar a situação e pactuar encaminhamentos, a saber: revisão dos dados, capacitação da equipe técnica e acompanhamento da gestão social e integração das intervenções com a leitura de acompanhamento da equipe pelo setor de Recursos Humanos. A DCM oficializou a reunião por e-mail e aguarda retorno, que até o final desse PA não foi apresentado. Recomenda-se que no próximo relatório seja demonstrado resultados satisfatórios quanto a essa situação.**

Por fim, constata-se que as equipes da Serra, Vila Pinho, Olavo Costa e Santa Lúcia enfrentaram dificuldade para atingir a meta desse indicador durante todo o período avaliatório. Morro Alto e Morumbi também requerem atenção, pois, apesar dos avanços observados, ainda ficaram abaixo do pactuado. **Solicita-se especial atenção às equipes mencionadas para implementação de estratégias de ações que assegurem um melhor alcance do Programa junto ao público atendido.**

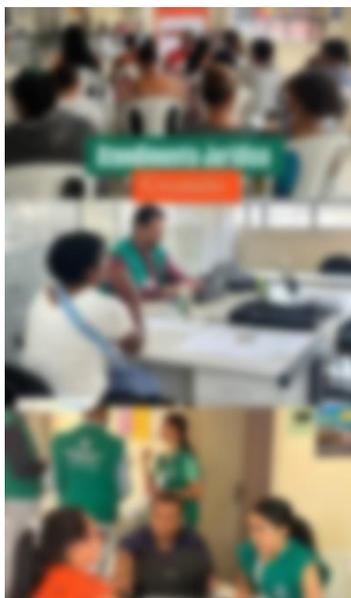
No que tange ao **indicador 1.3**, conforme a página 19 do RGR, a OS considera que a atuação do PMC junto a rede está consolidada. A DCM afirma a importância da contínua articulação como forma de fortalecer o fomento à segurança cidadã, mediação comunitária e prevenção as violências nos territórios. Ressalta-se

a ação realizada pela equipe de Rosaneves em Ribeirão das Neves, durante o Agosto Lilás, particularmente pelas articulações realizadas com a rede comunitária, que impulsionaram o envolvimento na construção e participação da comunidade. Entre essas articulações, evidencia-se o engajamento do comércio local, que estimulados à pauta e entendidos da importância para o território, ajudou na divulgação.



Agosto Lilás- Ação “Hoje Recebi Flores” PMC Rosaneves - 27/08/2024

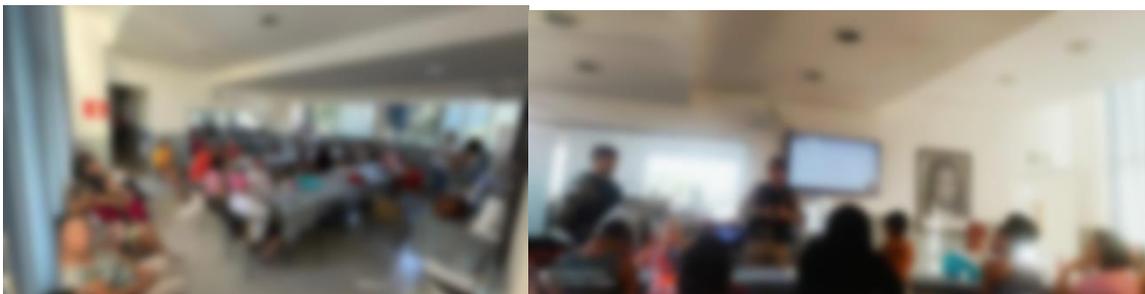
Ainda em relação às construções em rede estratégicas, frisa-se a realização do evento “A Defensoria vai até você” no território do Santa Lúcia/BH. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública- Sejustp e a Defensoria Pública de Minas Gerais-DPMG celebraram um Termo de Cooperação Técnica 32/2021, cujo objetivo é a realização de ações conjuntas para facilitar o acesso à busca por direitos ao público atendido pelos programas da política de prevenção social à criminalidade, dentre eles o Programa Mediação de Conflitos.



Defensoria vai até você - Evento PMC e DPMG no Santa Lúcia – 31/08/2024 e 28/09/2024

A DCM reitera a relevância dessas ações para a comunidade, pois como apontado pela OS (página 21 do RGR), o maior número de encaminhamentos efetuados pelo Programa é para a Defensoria Pública. Além disso, essa Diretoria tem encorajado a gestão social na construção de ações com esse órgão, e reitera a importância da manutenção destas articulações. Destaca-se também a ação do PMC Ressaca realizada em parceria com a Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica (PVD), um parceiro importante e estratégico do Programa Mediação de Conflitos. A partir das pactuações definidas em cada localidade, a parceria visa estabelecer alinhamentos de fluxos, discussões e encaminhamentos de situações de violências nos territórios; construções de ações conjuntas, leituras e análises sobre o fenômeno da violência contra a

mulher na área de abrangência de atuação do programa; e fomento à atuação intersetorial, incluindo a rede formal e informal do território.



Agosto Lilás- Ação em parceria com a PVD - PMC Ressaca

Elucidam-se as ações realizadas pelas equipes da Vila Pinho e Morumbi no âmbito do “Setembro Amarelo”, em parceria com a rede de proteção social. Na Vila Pinho, em diálogo com a educação, foram realizadas intervenções com estudantes do gênero masculino em uma escola do território, com foco nas masculinidades tóxicas e seus desdobramentos para a saúde mental. A escola é um parceiro importante na prevenção às violências de jovens onde os programas de base territorial atuam.



Setembro Amarelo- Ação “Masculinidades e Saúde Mental” PMC Vila Pinho- 30/09/2024

A UPC Morumbi, em Uberlândia, ao observar o aumento das violências decorrentes de quadros agravados de saúde mental, elaborou, em parceria com o setor de saúde, um projeto de prevenção para dialogar com os moradores do território sobre “saúde mental e violências”.



Setembro Amarelo- Ação PMC Morumbi - 27/09/2024

Por fim, destaca-se as equipes do PTB e do Minas Caixa que não atingiram esse indicador em nenhum dos períodos avaliatórios. Além disso, a UPC do Jardim Felicidade, que havia demonstrado avanços no engajamento com a rede, apresentou significativo declínio no alcance da meta, no último mês deste período. **Solicita-se atenção e acompanhamento por parte da OS para desenvolver estratégias que possibilitem a superação desse cenário.**

Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.240	3.325	103%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.910	8.484	95%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
83.643	90.324	108%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
472	553	117,16%

A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) corrobora com a análise feita pela OS no RGR e destaca que os resultados apresentados, tanto do indicador 2.2 que obteve o atendimento muito próximo ao acordado, quanto dos indicadores 2.1, 2.3 e 2.4 que obtiveram atendimento acima da meta pactuada, sugerem o comprometimento dos profissionais em manejar os desafios e potencializar elementos facilitadores para o atendimento das metas.

Antes de iniciar a discussão sobre essa área temática é necessário retificar algumas divergências apontadas pela Assessoria de Gestão da Informação (AGI) da SUPEC. No indicador 2.2, houve divergência no

dado da UPC Santa Lúcia em setembro, ou seja, o dado publicado no RGR aponta 276 enquanto na AGI esse dado é de 268, fazendo com que o resultado do período seja 8.484. Já o indicador 2.3, houve divergência no dado das UPCs Cabana (1), Nova Contagem (11) e Turmalina (1) em setembro, estando menor no RGR do que na realidade, resultando em 90.324 atendimentos acumulados neste PA.

Dando continuidade à análise, reforçamos que, no atual período avaliatório, permaneceu o investimento desta diretoria em estabelecer o alinhamento entre a estratégia e a execução. O acompanhamento das UPCs *in loco*, realizado nas UPCs Morumbi, Jardim Canaã, Pedreira Prado Lopes e Taquaril permitiu identificar entraves e oportunidades de desenvolvimento, proporcionando a melhoria de processos e a condução de ajustes nas práticas executadas; conduzidas de maneira colaborativa pela diretoria do programa, supervisão metodológica e gestão social da OS, resultando em equipes mais engajadas e produtivas.

Salienta-se que a DPJU desenvolveu o 1º Informativo Interno do Fica Vivo!, material que apresentou de maneira eficaz a “metodologia viva” do programa, divulgando diversas atividades realizadas no primeiro semestre, colaborando para a valorização dos profissionais e para a transmissão de informações úteis e atraentes sobre o Fica Vivo!. **Permanece a orientação para a OS dar ampla visibilidade às ações de prevenção e de proteção social realizadas pela Política de Prevenção, indicar quais as UPCs devem diversificar/fortalecer as atividades de proteção social e, sensibilizar os profissionais para pensar novas estratégias e inovações para o alcance do público prioritário do programa e, consequente prevenção e redução de homicídios.**



Considerando os desafios diante do atual contexto da Segurança Pública em Minas Gerais, com o avanço da atuação das facções nacionais, intensificação da dinâmica criminal em alguns territórios e o aumento dos homicídios no estado, **ressaltamos a necessidade de qualificar a dinâmica social das violências e da criminalidade com foco na leitura comunitária.** Esta DPJU destaca a realização do GT Homicídios, uma iniciativa da SUPEC, para a discussão da dinâmica do Morro Alto, Morro das Pedras e Santa Lúcia e o desenvolvimento de uma visão mais crítica e analítica sobre o fenômeno.



Por outro lado, faz-se importante manter o aperfeiçoamento do trabalho e das intervenções desenvolvidas pelas equipes técnicas e oficineiros (as) junto ao público atendido. Neste sentido, esta DPJU reconhece a tenacidade e o esmero com a qual a supervisão metodológica desempenha suas atribuições, orientando metodologicamente o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e os ajustes necessários para a melhoria contínua das atividades de atendimento e ações do programa. **Nesse sentido, recomenda-se que a OS estabeleça espaços frequentes de trocas entre a supervisão da gestão e a supervisão metodológica para o compartilhamento de perspectivas, desafios e soluções em relação aos profissionais e territórios acompanhados, de modo a reduzir a desconexão e a desintegração entre eles e promover maior sinergia no desenvolvimento do trabalho.**

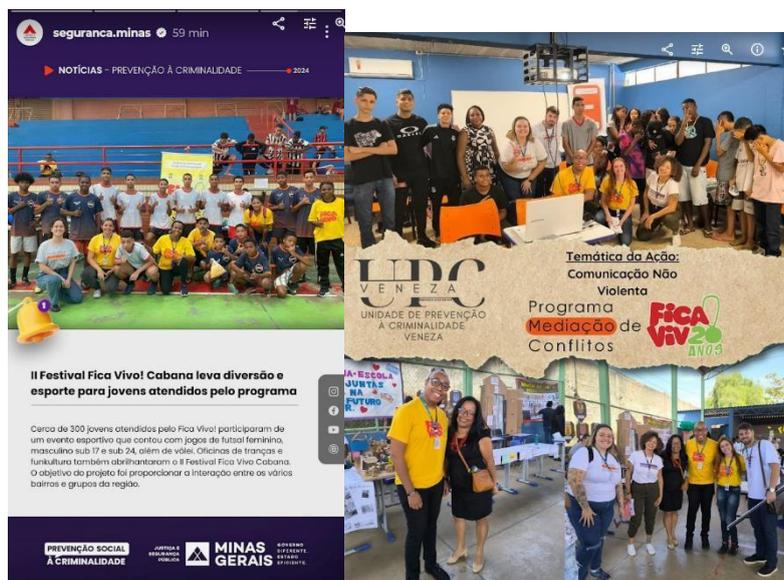
No que diz respeito à oferta de cursos profissionalizantes e a ampliação de oportunidades de empregabilidade e renda, o Fica Vivo celebrou a formatura de mais uma turma de jovens atendidos pela parceria com o Senai e a Copasa. Adicionalmente, a Política de Prevenção estabeleceu parceria com a Sedese, por meio do Programa Minas Forma para a oferta de formação socioprofissional para qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como iniciou as tratativas para o encaminhamento de adolescentes e jovens do Fica Vivo ao Programa Descubra, por meio da cooperação com o Ministério Público de Belo Horizonte.



Por fim, em virtude de falecimento de um analista do programa, **esta DPJU sugere ao RH da OS adotar ações que visem ao acolhimento psicológico e emocional dos profissionais enlutados; implementar práticas para orientação dos trabalhadores diante de situações como ameaças, tentativas de suicídio, óbitos, ou por outras causas adversas; elaborar um fluxo de comunicação de óbitos; promover a saúde mental dos profissionais e; atuar na prevenção e redução de agravos à saúde dos trabalhadores.**

Quanto ao desempenho do **indicador 2.1**, para além dos pontos apresentados pela OS a estabilidade climática e a maturidade das equipes técnicas e do grupo de oficineiros em algumas UPCs (Cabana e Veneza por exemplo) demonstram a influência positiva do comprometimento e da confiança mútua no alcance dos resultados. Assim sendo, as unidades onde ocorreram reconfiguração de equipes ou renovação no quadro de oficinas devem adotar estratégias para evitar comportamentos disfuncionais e improdutivos que podem prejudicar o alcance da meta. Ademais, espera-se um avanço na ampliação de oficinas ativas no programa e

no mapeamento de locais para sua execução, haja vista um grande número de rescisões de contratos de oficinas (26) que ocorreram no período.



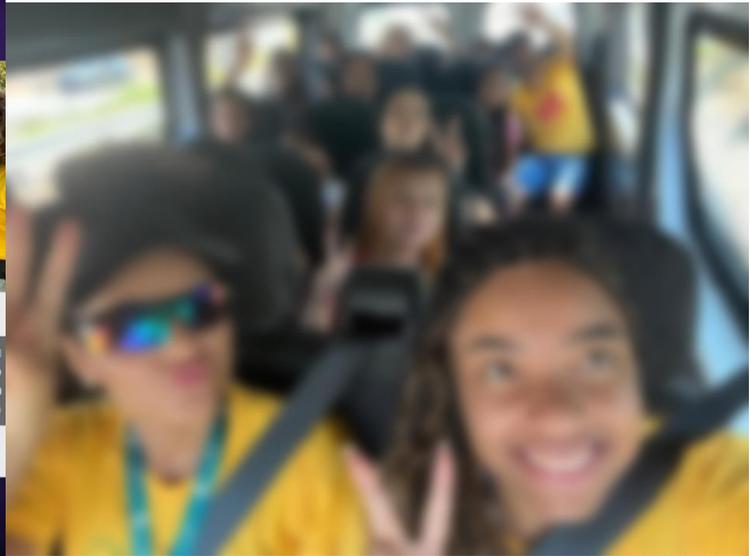
No que se refere ao **indicador 2.2**, para além do não alcance da meta, quando comparamos ao anterior, ele teve uma pequena redução. Para controle do indicador, propõe-se à OS compreender os desafios para a implantação e manutenção da meta global de oficinas para cada UPC; mapear microterritórios não atendidos por oficinas e priorizar a implantação nestes locais; identificar oficinas que apresentam baixa adesão e articular estratégias diversificadas capazes de promover maior vinculação com os jovens e conseqüentemente um número maior de jovens nas oficinas; divulgar o programa nas comunidades atendidas, garantindo a participação do público na elaboração, execução e avaliação das atividades do programa; avaliar o impacto da dinâmica criminal na execução das oficinas, na circulação no território e por sua vez na participação desses espaços.

Conforme apontado no RGR (página 36), em atenção ao Turmalina/Governador Valadares e outros territórios que apresentam situações similares, sugere-se verificar a possibilidade de investir em jovens multiplicadores que atendam aos critérios e apresentem condições para serem desenvolvidos e tornar-se oficineiros.

Quanto ao **indicador 2.3**, salienta-se diversificar a oferta de oficinas e a execução de projetos de prevenção, atendendo as especificidades dos territórios e contemplando o equilíbrio de práticas esportivas, artístico-culturais, entre outras para o impulsionamento da participação dos adolescentes e jovens nas atividades e para a manutenção do desempenho do indicador no próximo período avaliatório.

Quanto as dificuldades logísticas de transporte, mencionadas no RGR (página 40), ressaltamos que o gabinete SUPEC já disponibilizou planilha para consulta e reserva de AGENDAMENTO DA VAN E DO MOTORISTA PLANTONISTA, no intuito de favorecer o atendimento das solicitações.

Assim sendo, **orienta-se a OS que, mantendo os desafios em relação a utilização da frota de veículos da SUPEC, que as questões sejam registradas formalmente para a resolutividade pelo setor e melhoria do suporte oferecido para a realização dos projetos de prevenção.**



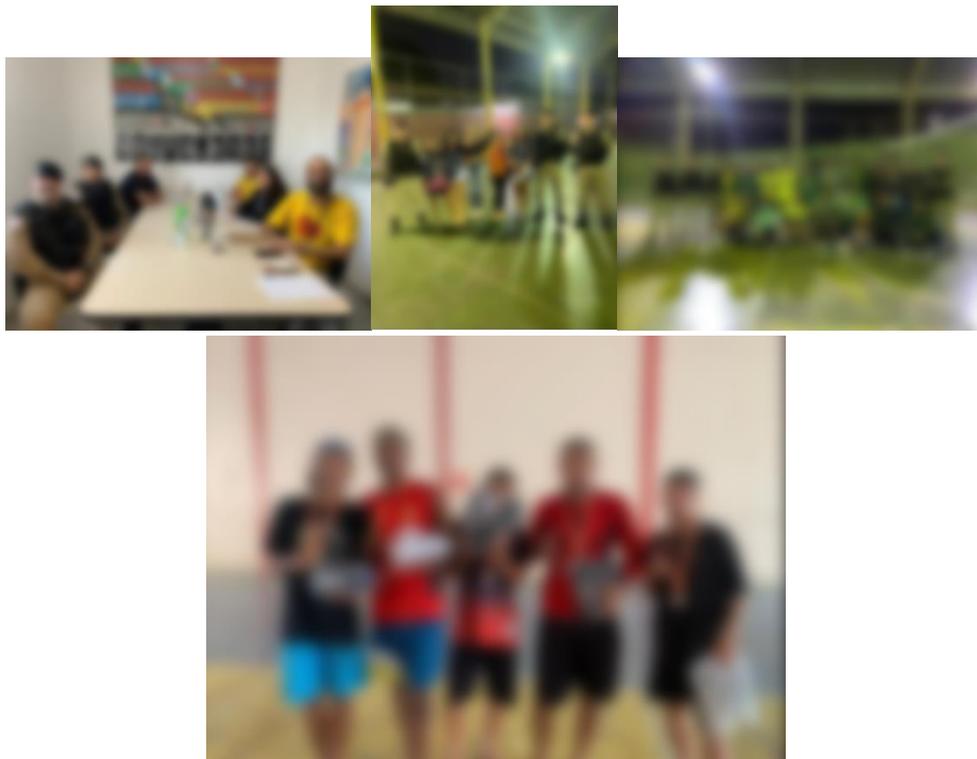
Em razão das dificuldades de transporte apresentadas, esta DPJU em parceria com o Ministério Público, solicitou apoio logístico do SINTRAM para o fretamento de ônibus e deslocamento do público atendido para a participação no Cine Juventudes, evento realizado em conjunto com o Programa Se Liga, em comemoração ao Mês das Juventudes. Em função destas atividades foi elaborado um card para as equipes divulgarem os programas e mobilizarem as juventudes para participação das atividades nos territórios. Pelo mesmo motivo, esta DPJU busca captar recursos junto ao Ministério Público para a aquisição de um micro-ônibus e pleiteia um motorista carteira D plantonista que contemple mais ações da Política de Prevenção.



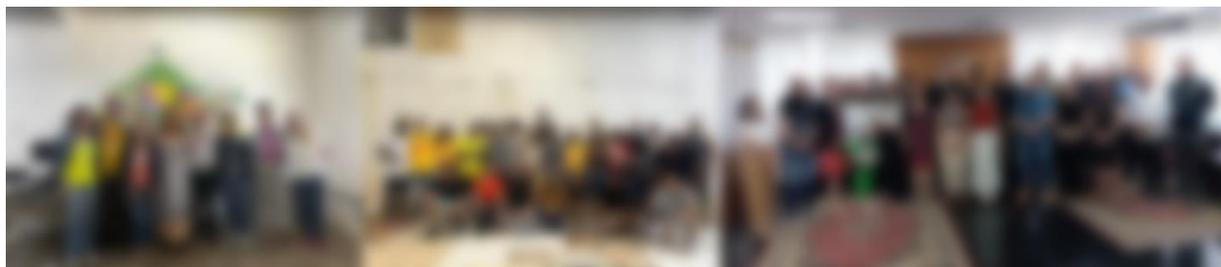
Adicionalmente, esta DPJU disponibilizou um formulário para a comunicação das ações realizadas no mês vigente e uma planilha para que os profissionais possam informar o PLANEJAMENTO DAS AÇÕES nos meses subsequentes. No entanto, **é preciso que a OS estimule os trabalhadores a preencher adequadamente os documentos para compartilhamento do trabalho e cooperação na produção de outros conteúdos. Na oportunidade, também permanece a orientação para que disponibilizem à ASCOM informações e registros fotográficos das ações e projetos para fins de divulgação do programa.**

Verifica-se que a supervisão metodológica prossegue apontando caminhos para as equipes técnicas, em alinhamento com a gestão social e, auxiliando a definir prioridades, explicitando os processos em conformidade, verificando os esforços para a expansão e melhoria contínua do trabalho e para a progressão dos indicadores. Por fim, sugere-se a correção do RGR, na página 49, que apresenta apenas um subtítulo “b”, sem existir um subtítulo “a”.

A Instrução nº 3.03.20/2016 - CG apresenta a “mobilização social” como um dos pilares de atuação do Gepar. Além disso, conforme aludido no RGR (página 52), as reuniões entre UPC e GEPAR devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social. Nesse sentido, conforme apontado no RGR (página 36), em relação ao Jardim das Alterosas/Betim, sobressai a articulação realizada para a participação do GEPAR no Projeto Local Copa Fica Vivo!, contribuindo com a doação de tênis como premiação aos times campeões do evento. A iniciativa coopera para a aproximação do polícia militar com a comunidade, pretende aumentar a credibilidade da instituição perante a sociedade e contribui para a consolidação do alicerce mobilização social.



Por fim, em continuidade às contribuições da Gerência de Intervenção Estratégica, até o momento foram realizadas formações com a gestão social, analistas e estagiários do Fica Vivo e PMC no eixo Intervenção Estratégica para as seguintes UPCs: Cabana, Morro das Pedras/Ventosa, Pedreira Prado Lopes, Rosaneves, Turmalina, Carapina, Olavo Costa, Canaã, Morumbi, Santos Reis e Bom Jardim/Esperança, e também junto aos oficineiros das seguintes UPCs: Palmital e Via Colégio.



Área Temática 3 – Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
2.130	2.517	118,2%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
1.080	1.356	125,6%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
1.215	941	77,4%

Assim como mencionado nos RGR's anteriores, cabe reiterar que, mesmo em observância ao princípio da continuidade do serviço público, não há como desconsiderar que o processo de saída do Programa Se Liga da SUPEC, assim como a previsão do cronograma de transição para a Suase, tem consequências significativas para o programa. Tal período ocasiona impactos drásticos e mensuráveis sobre o planejamento de 2024/2025, especialmente no tocante às ações estratégicas afetas às articulações institucionais, ao desenvolvimento do trabalho e à previsão de retomada e expansão das regionais de abrangência desta política pública.

Além desses pontos, realça-se que, mesmo diante dos esforços empreendidos por esta SUPEC/Coordenação, no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar essas sequelas no comportamento do alcance das metas, não podemos nos abster em registrar também que o presente contexto vulnerabiliza as parcerias institucionais construídas nestes 4 (quatro) anos de execução por esta pasta e traz consigo a incerteza nos vínculos estabelecidos entre as equipes e o público atendido, assim como reverbera no nível de produtividade dos profissionais do Programa.

Sobre este último aspecto, é oportuno mencionar que, em decorrência a este cenário e a insegurança que ele agrega, os analistas e gestores sociais de ambas as regionais do Se Liga, tem se apresentado para outras oportunidades profissionais; atravessando de forma contundente a continuidade dos processos de trabalho. Nessa perspectiva, destaca-se neste trimestre a saída da gestora e de uma analista social da Regional RMBH e Central Mineira. Cabe agregar ainda, que a técnica administrativa desta UPC, entrou em licença maternidade neste mesmo período, acarretando a abertura de três novos processos seletivos, capacitações iniciais e ambientação simultâneas dos novos profissionais, de uma mesma Regional.

Concomitante, tem-se ainda o período de licença a maternidade da supervisora metodológica do Se Liga, iniciado em julho. Sobre este aspecto, se faz relevante contextualizar que em virtude do número de regionais implantadas, o Programa conta com apenas um supervisor. Nesse contexto, por compreender as especificidades que este cargo aglutina, não cabe a reposição temporária do profissional.

Destarte, além dos pontos mencionados anteriormente, a ausência deste profissional no acompanhamento das equipes para a sistematização e análise dos dados e informações metodológicas do Programa, como também para a avaliação das intervenções propostas pelas equipes técnicas para o alcance dos objetivos desta política pública, trouxeram impactos neste período avaliatório que perdurarão até o primeiro trimestre de 2025, quando será concluída a transição do Programa Se Liga.

No intuito de minimizar os impactos advindos desta lacuna, as atribuições que competem ao cargo da supervisão metodológica foram absorvidas pela Coordenação desta SUPEC, pela gestão social e pelo

Departamento de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos da OS parceira. Este último, embasado pelas informações transmitidas pela gestão social, assumiu a elaboração direta dos relatórios periódicos do Programa Se Liga, no tocante à execução da metodologia pelas equipes técnicas, de forma a complementar as leituras desta SUPEC sobre o trabalho desenvolvido nas regionais e que reverberarão nas entregas dos próximos períodos.

No que tange ao **indicador 3.1**, a SUPEC coaduna de todos os elementos indicados pela OS na análise da meta referente ao indicador em questão. Reitera-se, a título de ampliação no tocante ao número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, que esta coordenação considera importante retomar, motivada pelo cenário vivenciado, a reflexão sobre a necessidade de equalização do investimento por parte das equipes técnicas de ambas as regionais, no número de atendimentos afetos ao eixo egresso se faz prioritária, especialmente na Regional RMBH e Central Mineira.

Percebe-se que o esforço da equipe da referida regional permanece direcionado de forma mais enfática ao trabalho construído com o adolescente/jovem durante a medida socioeducativa, eixo pré-egresso, a fim de despertá-lo para o interesse pelo Programa. Contudo tal investimento, para além de ampliar as possibilidades de vinculação futura dos adolescentes ao Se Liga, considerando o número de atendimentos realizados em cada eixo vinculado a este indicador, preteriu a frente de trabalho junto ao egresso acompanhado pelo Programa.

Acerca do **indicador 3.2**, para além dos elementos destacados pela OS, a SUPEC considera importante contextualizar que, nos processos de articulação em rede da Política de Prevenção Social à Criminalidade, tem-se como horizonte a concepção de Segurança Pública Cidadã em suas ações. Este conceito, tem como premissa a comunidade enquanto participante efetiva do processo de segurança pública, auxiliando nas decisões e indicando os problemas vivenciados.

Neste íterim, haja vista a importância de fortalecer a pauta das juventudes no âmbito da segurança pública, para além da proteção social desse público a partir do desenvolvimento dos programas coordenados pela Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU), o Se Liga e o Fica Vivo!, utilizam estratégias de mobilização social e protagonismo juvenil para a construção de suas ações. Considerando que em agosto é celebrado o "Mês das Juventudes", período de uma série de atividades importantes para a agenda, reitera-se que os Programas vinculados à esta DPJU, promoveram o "Cine Juventudes", unindo os públicos que atendem e acompanham, assim como os colaboradores da Política de Prevenção Social a Criminalidade.

Na oportunidade, foi realizada em 14/08 uma sessão de cinema comentada no Centro de Referência das Juventudes (CRJ) em Belo Horizonte. A sessão apresentou o filme: "A Vizinhaça do Tigre", dirigido pelo cineasta mineiro Affonso Uchoa e produzido em Contagem-MG. O evento contou com a participação e o debate entre 200 adolescentes e jovens de diferentes regiões de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Por fim, no que se refere ao **indicador 3.3**, essa coordenação coaduna de todos os elementos indicados pela OS na análise da meta e propôs uma reunião de alinhamento de expectativas entre SUPEC e Suase, para a retomada da fluidez da parceria entre as Unidades Socioeducativas e o Programa Se Liga, diante das adversidades de cenários que esta transição impõe. Para além deste elemento e como mencionado no último período avaliatório, as metas para os indicadores do Programa Se Liga em 2024, consideraram também o planejamento de ampliação das equipes de Belo Horizonte e Zona da Mata, assim como o cronograma de implantação das UPC de Teófilo Otoni e Triângulo Mineiro; que não ocorreram até a conclusão deste relatório.

No intuito de manter a qualidade da elaboração dos relatórios periódicos do Programa Se Liga, **solicita-se à OS que para os próximos períodos avaliatórios, as considerações dos indicadores sejam descritas em seus campos específicos, para melhor direcionamento das análises, contrapondo o formato**

realizado nos indicadores 3.1; 3.2 e 3.3., referente à da Zona da Mata, onde ocorreu a indicação para o referenciamento no tópico de “Contextualização Geral dos Indicadores”.

Solicita-se à OS também, assim como de costume para os demais Programas da Política de Prevenção, que sejam mantidos os registros fotográficos fornecidos pela gestão social das UPC's, a fim de “materializar” as entregas descritas no tocante à execução da metodologia pelas equipes técnicas, de forma a complementar as leituras desta SUPEC sobre o trabalho desenvolvido nas regionais onde o programa atua.

Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
59.976	64.367	107,3%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	77%	104,1%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
4.284	3.608	84,2%

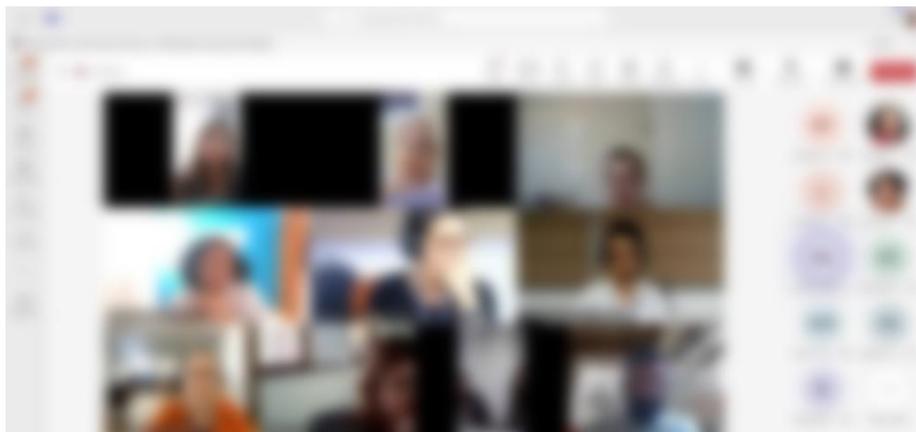
No tocante ao Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), além das informações já apresentadas pela OS, é necessário destacar alguns pontos que, embora não tenham sido contemplados, são fundamentais para ilustrar os avanços metodológicos que o Programa CEAPA tem implementado.

Inicialmente, destaca-se que o processo de auditoria foi um marco significativo para o Programa CEAPA. Em resposta ao gabinete da SEJUSP, investimos na construção de um novo indicador para o Programa, com o objetivo de aprimorar a mensuração da efetividade das nossas ações. Essa construção foi realizada em parceria com a equipe de gestão da informação da SUPEC, a Diretoria de Alternativas Penais e os supervisores metodológicos do Programa. O novo indicador tem como finalidade medir o percentual de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA que ainda aguardam encaminhamentos para cumprimento por um período superior a 120 dias. A partir do 121º dia, qualquer processo que ainda não tenha sido encaminhado para cumprimento da determinação judicial será considerado com alguma dificuldade ou irregularidade. Com isso, é necessária uma intervenção mais direcionada para resolver o problema.

Nesse contexto, esse indicador é essencial para avaliarmos se o tempo de intervenção do Programa CEAPA está condizente com o que foi previamente pactuado com o Sistema de Justiça, assim como com a metodologia do Programa. Ele permitirá uma análise mais precisa do fluxo de atendimento, garantindo que as ações estejam sendo implementadas de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

Este novo indicador será oficialmente incluído no próximo termo aditivo do contrato de gestão em 2025, no entanto, é importante destacar que a equipe da SUPEC já está realizando todos os testes preliminares para avaliar a aplicabilidade e eficiência deste indicador. Esses testes são fundamentais para garantir que, ao ser incorporado ao contrato de gestão, o indicador esteja plenamente ajustado às necessidades do Programa CEAPA e ao que foi pactuado com o Poder Judiciário.

Outra ação que merece destaque é a participação das equipes do Programa CEAPA na quarta reunião técnica bimestral de 2024, cujo tema foi “A importância dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada para a Política de Alternativas Penais”, realizada no dia 16 de agosto de 2024. O evento foi promovido pela Coordenação Nacional de Alternativas Penais e contou com a painelistas Jamile dos Santos Carvalho, representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A reunião proporcionou discussões valiosas sobre o papel fundamental dos serviços de atendimento à pessoa custodiada na promoção de alternativas penais, reforçando a relevância das práticas adotadas pelo Programa CEAPA. Essa participação demonstra o investimento contínuo que o programa tem feito na qualificação dos profissionais que atuam no atendimento ao público.



Em paralelo, houve uma discussão nacional de grande relevância para as alternativas penais que foi o encontro do “Pena Justa” que é o plano nacional para enfrentar a situação de calamidade nas prisões brasileiras, construído pelo CNJ e a União, bem como com o apoio de diversos parceiros institucionais e a sociedade civil. Sua elaboração segue determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF 347). A coordenação e diretoria das Políticas Penais da SUPEC priorizou a participação nas oficinas virtuais realizadas durante esse período.



Outro momento relevante já citado pela OS, mas que merece aprofundamento, foi em relação aos mutirões que vêm ocorrendo na Unidade da CEAPA em Belo Horizonte. O primeiro dia ocorreu em 21 de setembro e contou com a presença da Subsecretária da SUPEC e da Coordenadora de Políticas Penais, que junto à equipe, destacaram a importância dessa ação para a organização do trabalho e o fortalecimento da metodologia da CEAPA no relacionamento com o Sistema de Justiça. Esses mutirões têm sido fundamentais

para otimizar o atendimento e garantir que os casos sejam tratados de maneira eficiente e eficaz, alinhado às diretrizes do Programa e às demandas do Poder Judiciário e Ministério Público.



Além das ações mencionadas, também é importante destacar a ampliação da equipe do Programa CEAPA nos municípios de Betim, Araguari e Uberaba, o que reflete o crescimento e fortalecimento das políticas penais nessas regiões.

Outro ponto relevante foi a reunião com o Tribunal de Justiça (TJMG) sobre a renovação do Acordo de Cooperação Técnica, e o SEEU Federal por meio da articulação com a Justiça Federal (JF), permitindo que os gestores possam cadastrar os analistas diretamente no sistema. Estavam presentes, a Subsecretária Christiana Dornas, a Coordenadora de Políticas Penais de Prevenção Fabiana Dias, a Assessora de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias Gleysiane Diniz, Representando a Presidência do TJMG Dr. Marcelo Rodrigues Fioravante e Dra. Mariana de Lima Andrade, além da Ariane Gontijo, assistente técnica do Programa Fazendo Justiça.

No que se refere ao **indicador 4.1**, no RGR, foi citado o aumento de atendimentos em **Curvelo e Varginha**. Acrescentamos que a Diretoria também segue acompanhando os novos gestores contratados, por meio de reuniões, contatos telefônicos e auxílio na elaboração de ofícios, criando estratégias cotidianas para enfrentar a fragilidade observada nas portas de entrada. Com a recente saída do gestor da UPC de Curvelo, sugere-se a esta OS o acompanhamento próximo da nova gestora contratada, a fim de dar suporte e apoio na nova função.

Em **Uberlândia**, é necessário verificar se houve um aumento de atendimentos relacionados às medidas cautelares, que se beneficiaram da inauguração da APEC. O número elevado de atendimentos em Uberlândia já está sendo monitorado pela SUPEC, e a gestão solicitou aumento da equipe, com previsão de contratação de estagiários nos próximos meses. Sugere-se uma estratégia para aliviar a alta demanda seria a realização de parcerias para grupos de drogas. É importante também calcular o número de alternativas penais (AP) por analista para demonstrar que, apesar do volume de atendimentos ser alto, o número de AP por profissional permanece gerenciável.

Em **Contagem**, ainda temos encaminhamentos represados de anos anteriores, e segue realizando as intervenções autorizadas pelo Poder Judiciário local ou, quando não autorizadas, aplicando as intervenções conforme os padrões do programa, especialmente nos casos do JEC (Juizado Especial Criminal).

Em **Belo Horizonte**, o atendimento segue sem alcançar as metas. Recomenda-se a apresentação de um plano de ação para reverter o cenário de longos períodos de ausência das pessoas que devem cumprir uma AP, pois reflete a fragilidade do monitoramento mensal e sequencial, além de dificuldades no encaminhamento inicial. Para os casos de medidas cautelares (MC) que não estão sendo atendidos em grupos, sugere-se que a gestão faça um levantamento numérico dos casos que não podem ter atendimentos semanais e indique as intervenções aplicáveis. Espera-se que esse cenário seja superado, especialmente após a reunião da gestão com as juízas das audiências de custódia e com o Dr. Sérgio, diretor da Central de Audiências de Custódia (CEAC). Além disso, a equipe foi orientada a enviar ofícios solicitando que o acompanhamento desses casos siga o formato proposto pela metodologia do Programa. Assim, **sugere-se que seja elaborado um plano de trabalho para grupos mensais na UPC de BH, objetivando qualificar as intervenções e fomentar a participação grupal.**

Quanto à redução da porta de entrada de Medida Cautelar, é importante ressaltar que o diálogo proposto pela gestão indicava uma redução das entradas, pois foi pactuado que as medidas cautelares fossem encaminhadas para a CEAPA no local de residência da pessoa. Contudo, a maioria dos processos não são da capital, o que impacta a regularidade do acompanhamento e contribui para o descumprimento das medidas.

Sobre o Serviço APEC vale ressaltar que, ainda não está sendo contabilizada os indicadores neste trimestre, embora tenha havido um avanço significativo na construção de metas e indicadores para sua inclusão. Houve também uma reunião importante envolvendo todos os gestores e a SUPEC para discutir essas questões, marcando um progresso nas metas estabelecidas.

No tocante as modalidades grupais, a OS precisa verificar se houve, de fato, um aumento no número de grupos de acompanhamento neste trimestre, especialmente em relação às medidas cautelares. Caso esse aumento ainda não tenha ocorrido, é importante a comunicação para que a SUPEC possa acompanhar. A Supervisão Metodológica (SM) tem monitorado de perto as equipes para garantir que o conhecimento adquirido nas capacitações seja aplicado, e tem sido proativa no fomento dos grupos de cautelares.

Com relação às ações de responsabilização, destacamos que em Belo Horizonte o formato do grupo foi revisado, com atividades sendo realizadas à noite. **Esse formato aberto se tornou uma diretriz para todas as unidades que executam grupos.** Caso o PEAP (Programa de Execução de Alternativas Penais) tenha reduzido, ressaltamos que essa queda era esperada, pois o foco do programa tem sido atuar nas medidas cautelares e nas ações de responsabilização. Além disso, com a recente decisão do STF sobre o uso da

cannabis/maconha, espera-se uma redução dessa porta de entrada no sistema, sendo o atendimento redirecionado para a rede de serviços parceiros.

Ademais, **recomenda-se analisar o aumento de casos de medidas cautelares no programa e destacar que essa é uma diretriz prioritária do programa. As unidades que ainda não acompanham medidas cautelares devem articular com o Poder Judiciário para implementar essa modalidade de acompanhamento até o final do ano de 2024.**

No que tange ao **indicador 4.2, em relação às penas pecuniárias, sugere-se a realização de um levantamento para identificar quantos % de aplicabilidade na UPC de Belo Horizonte, considerando o impacto deste tipo de modalidade no indicador.** Em Varginha, para a PSC, além das ações realizadas pela SM, a diretoria já orientou que a gestão articule e formalize a situação através de ofícios ao Poder Judiciário e à rede parceira, visando garantir maior alinhamento e encaminhamento dos casos. Já em Barbacena, apesar de não ter registrado finalizações por cumprimento integral, é importante monitorar mensalmente a evolução dos casos para identificar se há risco de descumprimento futuro.

Assim, **sugere-se verificar se nas UPCs de Varginha, Uberlândia e Barbacena mantiveram um numerário estável ao longo dos três meses ou se houve grandes oscilações nos percentuais.** Caso sejam identificadas oscilações significativas, é essencial sinalizar essa variação para ajustes nas estratégias de gestão. O mesmo deve ser analisado em Divinópolis, onde a meta não foi alcançada, e em Santa Luzia e Ipatinga permanecem abaixo dos 70% de cumprimento. Nesse caso, é importante verificar se essas UPCs têm histórico recorrente de baixo desempenho e, em caso afirmativo, sugerir a elaboração de um plano de ação. Por fim, **recomenda-se também a implementação de estratégias voltadas para superar os casos de descumprimento causados pela falta de vínculo com o programa.** Uma das recomendações seria a realização de uma capacitação focada na temática de vínculo, visando capacitar os profissionais a desenvolverem metodologias mais eficazes neste sentido.

No que se refere ao **indicador 4.3**, neste período avaliatório a sua meta não foi alcançada. É importante verificar se os municípios de Araguari, Betim e Uberaba já vinham alcançando a meta de rede anteriormente. Caso afirmativo, contrapor o argumento da SM que justificou o aumento da rede apenas pelo aumento da equipe. A hipótese é que esses três municípios já alcançavam a meta, mesmo sem ampliação da equipe, sugerindo que essa não é a principal justificativa.

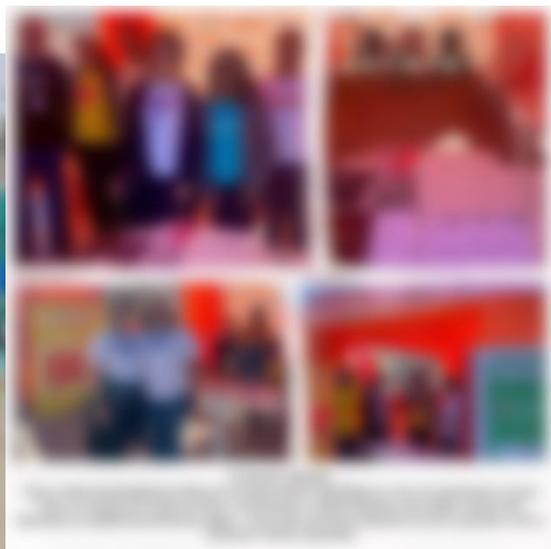
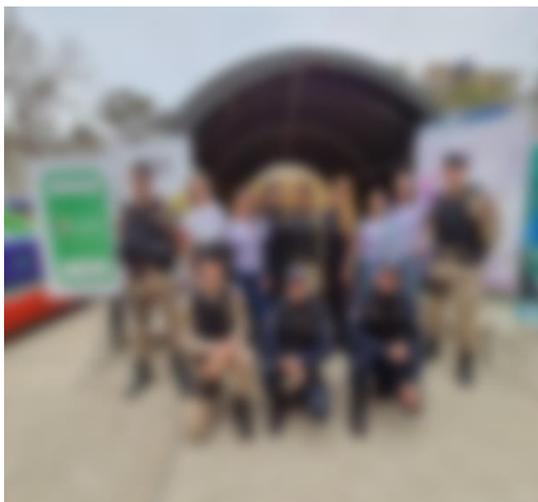
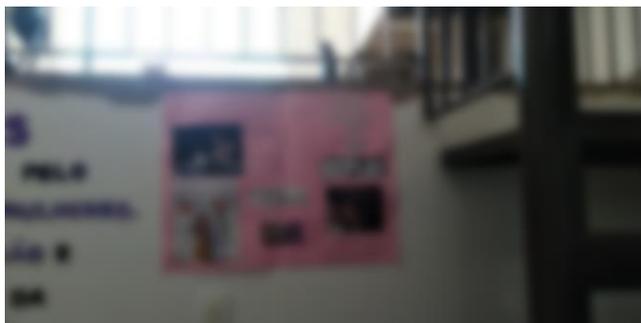
Na UPC de **Belo Horizonte**, embora tenha havido um aumento na articulação da rede, a Unidade ainda não conseguiu atingir a meta. É essencial que a OS apresente um plano de ação para que a unidade consiga: executar atendimentos grupais, realizar ações mais robustas com a rede e monitorar os avanços mensalmente. A UPC continua sendo um ponto de atenção em todos os três indicadores (4.1, 4.2 e 4.3) e necessitará de ações mais direcionadas para reverter essa situação.

Ainda em relação a UPC BH, a OS deve verificar se houve um aumento nas visitas de monitoramento da rede de PSC. A gestão social deve manter atenção em relação a articulação com o Poder Judiciário, pois ainda temos pontos de atenção importantes a serem alinhados, como as portas de entrada frágeis e fluxos de comunicação. Atenção também aos encontros de rede, pois essa é uma estratégia amplamente discutida para alcançar esse indicador e qualificar as intervenções.

Já em **Ipatinga**, a ausência de veículo não pode continuar sendo a justificativa para o não alcance da meta. Como é uma situação prevista, **sugere-se a criação de estratégias para superar essa limitação, como: realizar encontros de rede no território para reduzir a necessidade de deslocamento, organizar reuniões na unidade, utilizar o cartão de ônibus disponibilizado para a UPC para realizar deslocamentos extras, dentre outras alternativas.**

Por fim, destaca-se alguns eventos importantes que ocorreram neste período avaliatório. Agosto é um mês significativo para o enfrentamento da violência contra a mulheres e, nesse sentido, o município de Uberaba teve um destaque com um mural feito pelos homens dos grupos, uma iniciativa que pode ser

mencionada no indicador de atendimento. Além disso, Barbacena, Santa Luzia, Betim e demais Unidades da CEAPA também estiveram envolvida em atividades, o que pode ser evidenciado por meio dos registros fotográficos:



Por último, em relação ao **Relatório de Gestão de Resultados (RGR)** enviado pela OS, identificou-se um equívoco na descrição. O relatório menciona que "a execução ocorreu entre os meses de abril a junho de 2024", porém o período em análise é de **julho a setembro de 2024**, correspondente ao 23º período avaliatório do Contrato de Gestão 02/2019.

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
18.045	18.047	100,06%

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	85%	109%

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.566	1.792	114%

A partir da análise do 23º Relatório Gerencial de Resultados (RGR), a Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional corrobora com a avaliação apresentada pela Organização Social (OS) referente à execução do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp).

Destaca-se que o Programa atingiu todas as metas pactuadas para este período, diferentemente do último trimestre, no qual o indicador 5.1 não alcançou o desempenho esperado e no presente período a meta foi atingida com um aumento de 3%. Contudo, os demais indicadores apresentaram uma leve queda em relação ao período anterior, com redução de 1% no indicador 5.2, e 3% no indicador 5.3.

Em relação ao **indicador 5.1**, a OS mencionou na página 82 que *"O programa executou aproximadamente 105% do esperado, apresentando um pequeno crescimento na execução quando comparado ao trimestre anterior, onde a entrega ficou em 102% da meta pactuada."* No entanto, solicita-se que essas informações sejam retificadas, pois, neste PA, a entrega foi de 100%. **O erro está relacionado a 10 atendimentos a mais contabilizados, ou seja, em Divinópolis foram 711 atendimentos e não 716, e em Governador Valadares foram 803 atendimentos, e não 808. Além disso, no período anterior o Programa não alcançou a meta, alcançando 97% e não 102% como mencionado.**

Em relação ao alcance da meta global, é importante destacar que os resultados não foram majoritariamente atingidos nos 15 municípios onde o Programa atua, já que apenas 7 destes alcançaram ou superaram suas metas, sendo eles: Contagem, Divinópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sete Lagoas. Assim, é fundamental que a OS esteja atenta a esse desequilíbrio, levando em consideração não apenas os desafios específicos de cada município, mas também buscando garantir a uniformidade do Programa na entrega dos resultados.

Nas reuniões da diretoria com as gestões das UPCs de Sete Lagoas e Juiz de Fora, bem como a partir da análise qualitativa e quantitativa do trabalho, os resultados reforçam a necessidade de ampliação das equipes, uma demanda que tem sido gerida como prioritária pela SUPEC. Além disso, é essencial que a OS faça uma análise estratégica das ações de trabalho nesses municípios, garantindo que todas as frentes sejam devidamente contempladas, sem que ocorra sobrecarga para os profissionais. Ainda sobre Juiz de Fora, é válido compreender com a OS se foi um equívoco a menção na página 84 *"Outro ponto de investimento da equipe é o acolhimento de demandas e a oferta de atendimento no período de assinaturas, o que impactou positivamente o indicador neste e nos demais períodos."*, uma vez que no referido município não possui a coleta de assinaturas.

Alguns municípios que no último período tiveram pontos de atenção evoluíram significativamente neste trimestre: Contagem aumentou de 85% para 111%, Divinópolis de 86% para 117%, e Santa Luzia de 76% para 106%. Também é importante destacar melhorias em municípios que, embora não tenham alcançado a meta, tiveram crescimento relevante: Belo Horizonte com um aumento de 5%, Uberlândia com 2% e Vespasiano com 5%.

Por outro lado, sugere-se uma atenção maior da OS em relação aos municípios que no último trimestre atingiram suas metas, porém neste apresentaram regressões: Betim teve uma queda de 14%, Governador Valadares de 16%, Ibirité de 12%, e Uberaba de 117% para 95% com uma diminuição de 5%. No caso de Ipatinga, o desafio de alcançar a meta tem persistido nos últimos períodos, com uma regressão de 10%. Diante do exposto, a diretoria apresenta os pontos de atenção sobre alguns municípios:

- Belo Horizonte: Neste trimestre foi realizada uma reunião ampliada entre a diretoria, a gestão social e a supervisão metodológica para discutir os desafios relacionados ao alcance dos indicadores no município. Durante a reunião, foi possível identificar avanços na compreensão, por parte da gestão, das especificidades do PrEsp no município. Considerando que a nova profissional assumiu sua função em março de 2024, o reconhecimento do tempo necessário para essa adaptação foi crucial para a formulação de estratégias realistas que possam enfrentar esse desafio crônico. Entre os encaminhamentos discutidos, destaca-se a organização do trabalho por referências, levando em conta o tamanho da equipe, e a qualificação do acompanhamento, pois a equipe técnica continua a apresentar uma rotatividade significativa. Sobre esse último ponto, orienta-se que a OS considere como prioridade investigar os motivos para as saídas recorrentes de profissionais neste município.
- Governador Valadares: A devolução das assinaturas é algo muito recente no município, e é esperado que esse indicador apresente quedas. Neste trimestre, a diretoria esteve em diálogo com a gestão social, onde foi destacado o empenho da equipe técnica na realização de busca ativa do público, com base nos encaminhamentos feitos durante o último atendimento. Essa ação contribuiu para o alcance da meta em um dos meses. Além disso, a diretoria orientou que o diálogo com a Vara de Execuções Penais continue com o objetivo de incluir a recomendação de ida voluntária ao PrEsp nas atas de audiência admonitória, como já ocorre nos municípios que não realizam a assinatura. Em relação à parceria com as unidades prisionais como porta de entrada para o PrEsp, a gestão mencionou alguns desafios. Para o próximo período será importante que a OS apresente um panorama sobre a realidade dos grupos no sistema prisional e se houve alguma mudança na parceria com as Unidades Prisionais para os encaminhamentos ao PrEsp, de modo que a diretoria do programa possa pautar com o Depen os desafios em Governador Valadares;
- Ibirité: com o fechamento da única unidade prisional de Ibirité, o desafio de alcançar a meta foi discutido entre a gestão social e a diretoria neste trimestre. Inicialmente está sendo estudada a possibilidade de realizar as ações com os pré-egressos em unidades prisionais de municípios vizinhos. Para o próximo período avaliatório cabe à OS acompanhar o desenvolvimento dessa estratégia e estudar alternativas.
- Ipatinga: neste município, a diretoria, a gestão social, a supervisão metodológica e a supervisão da gestão também se reuniram para discutir os indicadores. Entre os encaminhamentos destacam-se: o uso da agenda de retorno para estimular o comparecimento do público fora do período de assinatura; a realização de grupos de acompanhamento na UPC durante o período de assinatura, com o objetivo de otimizar a espera pelo atendimento individual e promover o atendimento coletivo como uma nova forma de vinculação; a retomada da análise do diagnóstico do público, elaborado no início do ano, para apoiar a formulação de estratégias mais eficazes. Assim, essas e outras discussões foram abordadas na reunião, mas não foram devidamente refletidas no relatório

mencionado. Portanto, sugere-se que a OS considere apresentar, nos próximos relatórios, os desdobramentos e resultados das ações encaminhadas durante as reuniões ocorridas entre a SUPEC e representantes da OS.

- Ribeirão das Neves: o município tem respondido positivamente às orientações da diretoria em relação ao fato de que o público não inscrito tem representado o maior volume de atendimentos na UPC. É necessário dar atenção a esse cenário, considerando que o público-alvo do PrEsp são os egressos residentes no município. O relatório destaca que a gestão social, a supervisão metodológica e a equipe técnica estão empenhadas em compreender essa realidade, buscando diagnosticar as particularidades do município. Esse diagnóstico permitirá traçar estratégias para modificar essa situação ou confirmar uma especificidade local que precisará ser levada em conta no desenho do trabalho. Orienta-se que essa ação possa contar com o apoio do setor de monitoramento da OS, que contribuirá com a coleta de dados já produzidos pelo Programa;
- Santa Luzia: neste trimestre destaca-se a ampliação da equipe neste município, o que contribuiu não apenas para o alcance da meta, mas também para o fortalecimento de outras frentes de trabalho, conforme mencionado no RGR. É importante que a OS continue monitorando visando garantir a estabilidade desse indicador, já que para 2025 essa meta será recalculada em função da ampliação.

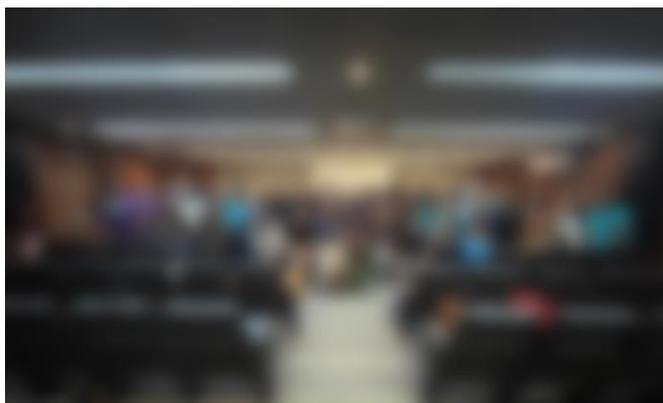
É válido destacar que, para o próximo IX Termo Aditivo a SUPEC reavaliou as metas do ano vigente, de modo que haverá uma adequação na meta de atendimento por analista. Entretanto, é importante ressaltar que as metas pactuadas para o ano de 2024 devem continuar a nortear a condução do trabalho, uma vez que a perspectiva do Programa se baseia na continuidade, nos avanços e na consolidação dos resultados, e não na regressão.

Acerca do **indicador 5.2**, evidencia-se que a meta pactuada para este trimestre foi superada, com uma diferença de apenas 1% em relação ao último. Observa-se que, de maneira geral, as equipes alcançaram desempenhos próximos ao esperado. Destaca-se o desempenho de algumas UPCs que não haviam atingido a meta no último PA, mas conseguiram alcançar neste trimestre: Divinópolis elevou de 77% para 78%, e Uberlândia de 73% para 83%. No entanto, alguns municípios não atingiram a meta como Ipatinga, que manteve a entrega anterior de 73% apesar de ter mostrado um salto significativo no último mês do trimestre, e Vespasiano que apresentou uma regressão de 86% para 70%.

O desempenho neste indicador reflete o comprometimento dos profissionais com a metodologia do Programa, destacando o papel crucial da equipe de supervisores metodológicos, que oferecem um suporte técnico qualificado às equipes multidisciplinares mantendo um olhar atento às necessidades de capacitação e aprimoramento do método, em parceria com a diretoria do PrEsp.

No planejamento do PrEsp para 2024, a diretoria retomou as discussões sobre a revisão dos documentos do Programa, buscando alinhá-los com a resolução e o Decreto da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. Essa revisão visa também atualizar os documentos com base nas análises que indicam a necessidade de mudanças e melhorias no método.

Neste trimestre, ocorreram duas rodadas de capacitações iniciais, conduzidas pela supervisão metodológica em conjunto com a gerência. Isso demonstra o compromisso do Programa em fornecer aos novos profissionais o repertório necessário para a oferta de um atendimento de qualidade ao público. Outro momento importante de qualificação ocorreu nos encontros de agosto e setembro, que contaram com a presença de um convidado da academia, que capacitou as equipes na temática do "Envolvimento Criminal".



Encontro Metodológico – Tema “Risco e Envolvimento Criminal” (agosto de 2024)

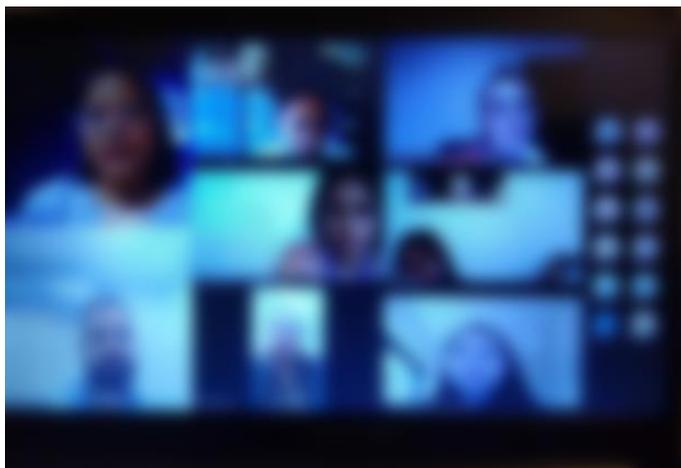
Vale destacar a atenção dos municípios na construção de estratégias para monitorar o retorno do público atendido nas Unidades, tanto para atendimentos individuais quanto coletivos. Além disso, as discussões de casos citadas no RGR corroboram com a premissa do PrEsp em oferecer um atendimento singular ao público, o que contribui para a criação de vínculos.

Quanto ao **indicador 5.3**, a meta pactuada foi superada com um aumento de 4% em relação ao último. Na análise do RGR, embora alguns municípios tenham registrado pequenas oscilações, isso não comprometeu o número acumulado da meta global.

Nos municípios onde houve oscilações no alcance da meta, houveram justificativas relacionadas as férias da equipe técnica. No entanto, as articulações de rede também constituem uma importante responsabilidade do gestor. Ao analisar os dados desses municípios, percebe-se que, em um dos meses houve ausência de articulação por parte da gestão. Assim, é crucial que a OS esteja atenta a essa orientação metodológica, reforçando a importância da atuação em rede por ambos os atores. Ademais, a diretoria destaca os seguintes pontos relacionados a esse indicador:

- **Belo Horizonte:** neste trimestre, a diretoria, em conjunto com a gestão social, compartilhou espaços de rede para discutir as pautas da população em situação de rua e empregabilidade. Sobre a população em situação de rua, a SUPEC vem sendo convidada a compor os espaços de rede em nível estadual para contribuir nas discussões acerca deste público. A maioria desses encontros ocorre de forma presencial na capital, e as discussões trazem elementos importantes e específicos desse território, o que torna essencial que a gestão local também esteja atenta a pauta. A presença e participação da gestão é fundamental para garantir que as particularidades do município sejam observadas e para fortalecer a articulação entre os diferentes atores envolvidos. Quanto à empregabilidade, o Programa iniciou conversas com os Supermercados BH, visando expandir a parceria consolidada em Contagem para Belo Horizonte e outros municípios da região metropolitana. A participação conjunta da gerência e da gestão foi fundamental para fortalecer a articulação quanto para fomentar a expansão dessa parceria;
- **Juiz de Fora:** em reunião entre a gestão social deste município e a SUPEC, foi discutida a ausência de articulações de rede voltadas à busca de parcerias de empregabilidade para o público egresso. Como encaminhamento, foi sugerida a realização de uma leitura mais qualificada da demanda de emprego e da vulnerabilidade apresentada pelo público atendido, visto que a justificativa inicial da falta de articulação de rede não apresentou uma análise aprofundada dos dados. A OS deve acompanhar de perto esse encaminhamento, a fim de obter uma leitura clara e precisa dessa frente de trabalho no município;

- **Qualificação Profissional:** a diretoria e a gerência do PrEsp articularam parcerias com o Senac e o Cefet para a oferta de cursos profissionalizantes ao público atendido. É essencial que a SUPEC amplie as redes e a oferta de qualificações profissionais, enquanto os gestores sociais devem se empenhar em consolidar essas parcerias a nível municipal. A OS precisa acompanhar de perto os desdobramentos dessas articulações, com o objetivo de fortalecer a qualificação profissional, uma vez que a diretoria observou a ausência de continuidade dessas iniciativas em alguns municípios. A atenção a esse ponto é crucial para garantir o acesso contínuo do público às oportunidades de qualificação.



Reunião com Senac (agosto de 2024)

Por fim, nesse trimestre o Programa se aproximou do Projeto Apec para avaliar possíveis parcerias que possam se tornar uma porta de entrada do público. Houve também uma aproximação com o Programa Fazendo Justiça, visando a construção de parcerias estratégicas. Além disso, a diretoria acionou setores como Depen e Seplag para tratar das demandas apresentadas pelos gestores sobre o acesso à documentação para os egressos. Essas ações tiveram encaminhamentos importantes que serão acompanhados nos próximos trimestres.

Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
55	133	141,8%

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica		
Meta	Resultado	Desempenho
2.070	3.665	177%

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
470	597	127%

Durante o 23º PA, além das informações já apresentadas pela OS, é necessário destacar que o "Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência", originalmente previsto para encerrar em novembro de 2024, teve seu prazo de execução prorrogado, com a conclusão prevista para abril de 2025. Durante o 22º PA, a equipe da SUPEC comunicou à OS sobre a prorrogação, e as diretoras dos Programas Mediação de Conflitos e CEAPA reuniram-se com a gestão social para alinhar as diretrizes que garantirão a continuidade do trabalho em ambos os programas.

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção à Criminalidade (DCM) destaca que a apresentação qualitativa dos impactos gerados pelo projeto, no relatório da OS sobre as atividades em Pouso Alegre, ainda se mostra incipiente. **Conforme a recomendação do 22º RM, espera-se que, no próximo período avaliativo, a OS complemente sua apresentação com análises mais estratégicas do trabalho realizado, abrangendo as práticas implementadas e os resultados alcançados na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.**

No que se refere ao **indicador 6.1**, apesar da meta superada, a atenção ainda é as portas de entrada que deverá permanecer como ponto de atenção da gestão social. A UPC já adequou o formato de grupo aberto conforme diretriz da SUPEC, e sugerimos que a supervisão metodológica continue acompanhando esse formato por ser uma nova proposta de modelo grupal para a CEAPA.

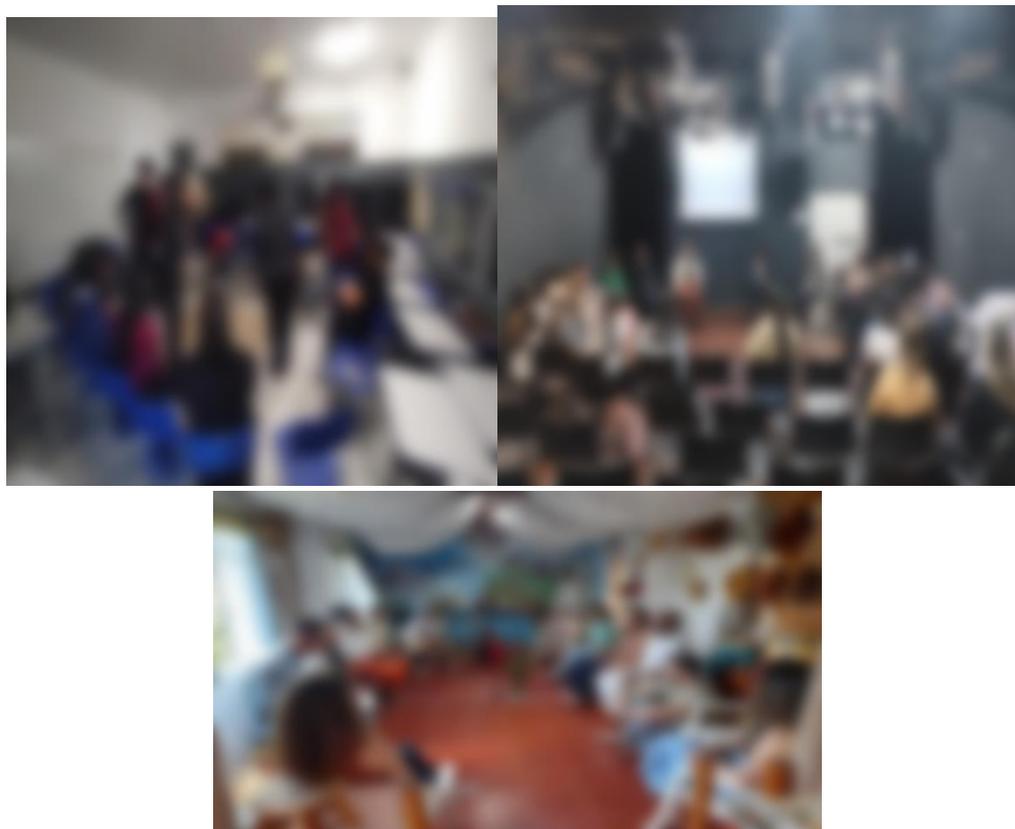
Em relação ao **indicador 6.2**, a DCM concorda com a OS quanto ao alcance do indicador. No entanto, observa-se a ausência de considerações qualitativas sobre a execução do trabalho do Programa Mediação de Conflitos. Assim como no 22º RM, recomenda-se que, no próximo período avaliativo, a OS complemente sua apresentação de resultados com uma análise mais estratégica do trabalho realizado.

A DCM destaca positivamente o contínuo engajamento da UPC de Pouso Alegre na aproximação com as comunidades, principalmente no Bairro São Geraldo, local que registra maior concentração de crimes violentos no município. As circulações, atendimentos itinerantes e parcerias com atores estratégicos demonstram o compromisso em fortalecer os vínculos com o público atendido e aumentar a capilaridade do programa.



Seguindo a recomendação do 22º RGR, constatou-se que as equipes dos dois programas diversificaram suas ações, com destaque para as atividades realizadas no mês de agosto, na Campanha do 'Agosto Lilás'. Observa-se um investimento em alcançar diferentes públicos, faixas etárias e localidades, como

estratégia para ampliar o diálogo sobre a violência contra a mulher e fortalecer a rede de proteção comunitária."



Apesar da ampliação das práticas de prevenção das violências identificadas, o movimento se concentrou principalmente durante o mês de agosto, o que resultou em um crescimento do indicador em 242,31% em comparação ao mês anterior, seguido por uma queda de 48,31% em relação ao desempenho de agosto. Isso comprova o potencial de alcance da expansão estratégica das práticas e **recomenda-se que essa abordagem seja mantida durante todos os meses de atuação do programa.**

Em relação ao **indicador 6.3**, observa-se que a UPC de Pouso Alegre atingiu a meta global pactuada. No entanto, ao analisar o desempenho por programa, verifica-se que o Programa Mediação de Conflitos (PMC) não alcançou a meta prevista para o mês de setembro. A DCM reconhece o comprometimento de Pouso Alegre na aproximação e nas articulações estratégicas para fortalecer a rede de prevenção e proteção às mulheres, mesmo diante de desafios na mobilização de alguns atores chave. **Recomenda-se que a equipe concentre esforços nas discussões de caso com a rede, visando fortalecer as mulheres atendidas e, conseqüentemente, a rede de proteção formal. Recomenda-se também que a equipe da CEAPA tenha uma boa articulação com a rede de proteção social do município para que as vulnerabilidades apresentadas em atendimento individual e grupal, possam ser direcionadas aos serviços de forma com que haja vinculação ao programa para além da determinação judicial.**



Reunião mensal da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica de Pouso Alegre

Ademais, observa-se um investimento contínuo na ampliação da parceria com a rede comunitária, destacando-se a aproximação com uma instituição religiosa do território para fomentar ações de prevenção a violência contra mulher. Essa parceria sinaliza um reconhecimento da importância de incluir entidades com influência direta na comunidade, o que pode potencializar a prevenção ao fenômeno em destaque. No entanto, é essencial monitorar a efetividade dessa aproximação e avaliar de forma sistemática os resultados obtidos para garantir a sustentabilidade e o impacto positivo das ações implementadas.



Agosto Lilás - Parceria com o Terreiro de Ubanda Tenda da Luz - PMC Pouso Alegre

Além das ações da Supervisão Metodológica, as diretorias dos Programas, também realizaram uma reunião com o Gestor Social, na qual foi discutida a importância de fortalecer a rede de apoio, especialmente no que se refere às ações da CEAPA dentro do Projeto de Prevenção. Em alinhamento com a diretoria do PMC, a Gestão Social foi orientada a fomentar e intensificar as articulações com a rede de enfrentamento à violência no município.

Destaca-se também, a importância da participação da gestão social no [Podcast](#) da Faculdade de Direito de Pouso Alegre (FDSM), onde foram apresentados o PMC e a CEAPA. Essa participação não só esclareceu as formas de execução de cada programa, como também destacou a relevância do PMC no território foco de atuação. Tal prática é legítima pela amplificação do conhecimento do programa e pelas possibilidades de estabelecer novas redes, bem como pelo fortalecimento da parceria com a instituição de ensino.

Por fim, **recomenda-se que a OS acompanhe de forma mais próxima a execução do Projeto em Pouso Alegre, apresentando nos próximos RGRs uma análise mais esclarecedora do trabalho realizado, com apresentação dos impactos na prevenção à violência contra a mulher.** O compromisso com a efetividade das ações é essencial para o sucesso contínuo da política de prevenção social à criminalidade em Minas Gerais.

Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
935	599	64,1%

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
1.130	1.083	95,8%

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
740	734	99,1%

Para o 23º PA, assim como no anterior, o Programa Selo Prevenção Minas não atingiu a meta de nenhum dos indicadores. Porém, ainda que as metas globais não tenham sido alcançadas, observa-se uma melhora dos números dos indicadores 7.2 e 7.3, e o indicador 7.1 ainda segue abaixo da meta estipulada.

Enquanto no 22º PA, o indicador 7.1 atingiu 70,74% da meta acumulada, no 23º PA o indicador 7.1 atingiu 64,1% da meta acumulada estabelecida. O indicador 7.2, no último PA atingiu 55,6% da meta, e no 23º atingiu 95,8%, o que representa significativa melhora. O mesmo observa-se no indicador 7.3, que no último período havia atingido 60% da meta e neste atingiu 99,1%.

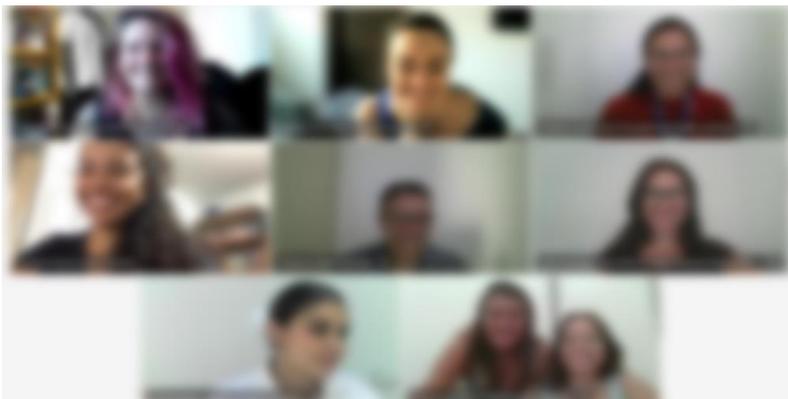
Conforme abordado no último RM, o não atingimento da meta global dos indicadores se deve, sobretudo, aos seguintes motivos: as implantações de UPCs previstas não se concretizaram no tempo planejado; o Programa enfrentou dificuldades em função do período eleitoral devido às eleições municipais e, no tocante exclusivamente à RISP 15, alguns atrasos na estrutura como o retardo na disponibilização do carro para a UPC e na instalação da internet que também prejudicaram os trabalhos.

Apesar disso, observou-se uma melhora significativa nos números dos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas. Isso só foi possível por um esforço conjunto entre coordenação, supervisão metodológica e de gestão e a equipe técnica. Ademais, o mês de agosto, com a comemoração do “Agosto Lilás” (campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher), possibilitou uma grande potencialização das ações, pois o Programa executa uma série de atividades voltadas à essa temática e que, portanto, desperta interesse dos municípios. A seguir, análise específica de cada indicador.

No que se refere ao **indicador 7.1**, conforme abordado anteriormente, obteve-se 64,1% da meta alcançada para este indicador. Dos três indicadores analisados, este é o que mais sofre com a não implantação da terceira UPC do programa, pois existem neste cálculo 290 ações a mais que não puderam ser alcançadas pela não implantação dentro do prazo. Entretanto, ainda que não houvesse essa previsão, a meta não teria sido atingida (599 ações realizadas de 645 pactuadas como meta apenas para a UPC RISP 10 e RISP 15), o que aconteceu, sobretudo, devido ao período eleitoral municipal.

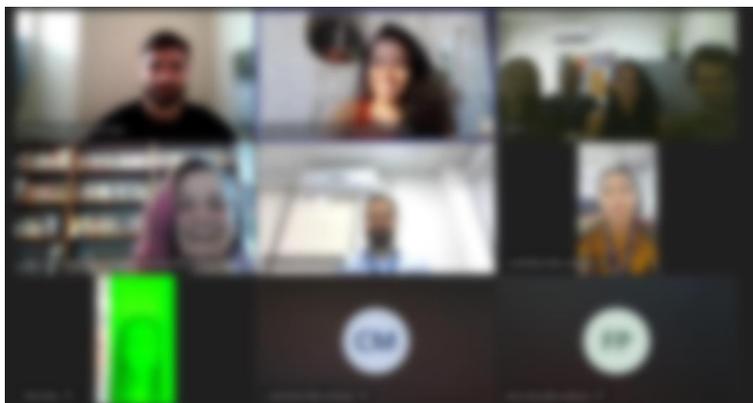
Entretanto, apesar do não atingimento da meta, alguns avanços foram observados:

- **UPC RISP 10 (Patos de Minas):** Conforme abordado no RGR, foram realizadas articulações com quase todos os municípios da RISP 10 (22 de 23 municípios), o que demonstra uma tentativa de retorno da capilaridade do Programa. Para o fortalecimento de tais ações, dia 24/09/2024 foi realizada reunião virtual com a presença da Superintendente Flávia, Coordenadora Cristiane e Secretária Municipal de Desenvolvimento Social do município de Patos de Minas, para fortalecimento da parceria e alinhamentos de trabalho. Além disso, a coordenação estadual realizou duas formações para a RISP 10 (dias 23 e 26 de setembro, respectivamente), tendo em vista a chegada de nova analista e o reforço metodológico do trabalho a ser executado.



Formação para a equipe da RISP 10 dia 26/09/2024 - Metodologia Programa Selo Prevenção Minas

- **UPC RISP 15 (Teófilo Otoni):** A UPC RISP 15 encontra-se em fase de diagnóstico de implantação, momento em que se faz necessário o contato com o maior número possível de municípios da região. Nesse sentido, no presente PA, conforme abordado no RGR, foram realizadas articulações de rede em 15 municípios, o que corresponde a 25% do total de municípios que compõem a Região Integrada de Segurança Pública. Nota-se que a falta de internet e de carro prejudicou o alcance do Programa na RISP, pois de 60 apenas 15 municípios conseguiram ser contemplados até o momento. São eles: Águas Formosas, Araçuaí, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Cruzeiro, Teófilo Otoni, Umburatiba. Para o fortalecimento das ações de articulação na RISP 15, foram realizadas neste período 3 reuniões entre coordenação, supervisão metodológica, setor de monitoramento e equipe RISP 15 para orientações a respeito do diagnóstico de implantação e condução dos trabalhos.



Reunião entre coordenação, supervisão metodológica, setor de monitoramento e equipe RISP 15 para orientações a respeito do diagnóstico de implantação - 29/07/2024

Outro ponto a ser observado é que, de maneira geral, nas duas UPCs existe um grande número de ações de articulação que são realizadas via e-mail e/ou aplicativo de mensagem. No caso da RISP 10 (sede), das 150 ações realizadas neste PA, 94 foram realizadas neste formato, sendo das 21 do município de São Gotardo, 9 foram por e-mail e/ou aplicativo de mensagem, e na RISP 15, das 46, 11 foram via e-mail e/ou aplicativo de mensagem. Nota-se, portanto, uma necessidade de qualificação das ações de articulação de rede, com vistas a gerar uma maior aproximação da equipe com os parceiros, fora do ambiente virtual ou eletrônico e fora do município sede.

Para o próximo ano, estuda-se a retirada de tais modalidades para fins de contabilização do indicador. **Assim, espera-se de maneira geral a redução das ações via e-mail e/ou aplicativo de mensagem e o aumento destas por outras modalidades (reuniões presenciais ou virtuais, visitas institucionais, ligações).** Além disso, de maneira específica para cada UPC é esperado:

- RISP 10: Aumento das articulações presenciais com vistas ao fortalecimento do quórum da Comissão Municipal e a execução das ações do Plano Municipal;
- RISP 15: Aumento do número de ações de rede na RISP para os municípios fora da sede, tendo em vista o processo do diagnóstico de implantação e as articulações iniciais (o ideal é atingir, nesse PA, os 60 municípios para fins de diagnóstico).

No tocante ao **indicador 7.2**, a meta também não foi alcançada, mas teve alto aproveitamento (95,8%). Tendo em vista que das 1.083 participações previstas, 200 são referentes à UPC que não foi implantada, pode-se considerar que juntas, UPC RISP 15 e UPC RISP 10 alcançaram a meta contando apenas com as duas execuções. A seguir, resumo das atividades de formação realizadas:

Julho (1 capacitação):

- Capacitação em Patos de Minas (05/07/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência”, com a presença de 16 pessoas.

Agosto (8 capacitações):

- Capacitação em Arapuá (13/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 61 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (19/08/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 17 pessoas.
- Capacitação em Carmo do Paranaíba (22/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 25 pessoas.
- Capacitação em Presidente Olegário (30/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 49 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (30/08/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 13 pessoas.
- Capacitação em São Gotardo (30/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 20 pessoas.
- Capacitação em Teófilo Otoni (30/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 467 pessoas.
- Capacitação em Teófilo Otoni (30/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”, com a presença de 22 pessoas.

Setembro (4 capacitações):

- Capacitação em Patos de Minas (06/09/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 18 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (13/09/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 18 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (20/09/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 8 pessoas.
- Capacitação em Patos de Minas (27/09/2024), na temática “Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência” (UBS), com a presença de 10 pessoas.

Destaca-se, dentre as ações realizadas, a formação executada em Teófilo Otoni, que contou com a presença da Superintendente Flávia Mendes, que conduziu a formação, e da coordenadora Cristiane Pereira, conforme imagem a seguir:



Capacitação em Teófilo Otoni (30/08/2024), na temática “Violência Contra a Mulher”

Nota-se um erro no RGR (p. 136) que cita que foram realizadas neste trimestre 13 atividades de formação em 15 municípios da RISP 10 e RISP 15. Entretanto, o número correto é 13 atividades em 6 municípios (Patos de Minas, Teófilo Otoni, São Gotardo, Arapuá, Carmo do Paranaíba e Presidente Olegário). Ao observar o indicador e as ações realizadas neste período notam-se aspectos positivos, como a retomada dos números na RISP 10 após recomposição da equipe, a melhora significativa no número deste indicador em relação ao último PA, melhoria nos fluxos de construção de tais ações com a supervisão metodológica e coordenação e o início das atividades de formação na RISP 15 (primeira capacitação realizada na RISP).

Em relação aos aspectos que impactaram de maneira negativa a performance deste indicador, tem-se o baixo número de atividades de formação fora dos municípios que possuem o Certifica (neste PA, em relação aos municípios que não possuem o Certifica, apenas Arapuá, Carmo do Paranaíba e Presidente Olegário receberam atividades de formação), o processo de eleições municipais dificultando as articulações com os municípios para o agendamento de formações e a pouca diversificação das temáticas executadas. Nesse sentido, **recomenda-se que, para o próximo Período Avaliatório, ocorra a diversificação com foco na retomada das temáticas-foco para o programa (Prevenção Social à Criminalidade e Possibilidades de Atuação Municipal na Segurança Pública, por exemplo)**. Além disso, de maneira específica para cada UPC, espera-se:

- RISP 10: Instrumentalização da nova analista de referência da RISP 10 para continuidade das formações e retomada do ritmo executado pelo programa e execução de atividades de formações fora do município sede.
- RISP 15: Início das formações nos municípios fora do município sede, com foco nos municípios contemplados pelo Vale do Lítio.

No tocante ao **indicador 7.3**, a meta também não foi atingida, mas teve um bom rendimento, 99,1% da meta. Para as outras implantações, nesse PA, só estavam previstas 80 participações a mais, ou seja, assim como no indicador 7.2, se tirarmos das metas os números das unidades que não foram implantadas, juntas, UPC RISP 15 e UPC RISP 10 atingiram a meta estipulada contando apenas com as duas execuções.

Durante este PA, houveram apenas duas reuniões das Comissões Municipais (uma em Patos de Minas e outra em São Gotardo), haja vista que ambas são bimestrais, neste trimestre apenas essas duas reuniões eram previstas. Além das reuniões da Comissão, o indicador 7.3 também contabiliza as ações de participação social realizadas pelo Programa. A seguir, resumo das ações de participação social:

Julho (3 ações de participação):

- Fórum multiterritorial em Patos de Minas dia 03/07/2024, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, para auxílio na construção do Plano Municipal da primeira infância, com a presença de 22 pessoas;
- Roda de conversa em Patos de Minas dia 23/07/2024, em parceria com a APAC, na temática de Segurança Cidadã, com a presença de 54 pessoas;
- Roda de conversa Patos de Minas dia 24/07/2024, em parceria com a APAC, na temática de Segurança Cidadã, com a presença de 41 pessoas.

Agosto (9 ações de participação):

- Roda de conversa em Iraí de Minas, dia 07/08/2024, em parceria com a Assistência Social, na temática de “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 20 pessoas;
- Roda de conversa em Iraí de Minas, dia 07/08/2024, em parceria com a Assistência Social, na temática de “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 16 pessoas;
- Roda de conversa em Patos de Minas, dia 12/08/2024, em parceria com o socioeducativo, na temática de “Segurança Cidadã”, com a presença de 13 pessoas;
- Roda de conversa em Patos de Minas, dia 14/08/2024, em parceria com a Casa da Mulher e os CRAS (Assistência Social), na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 17 pessoas (CRAS II);
- Roda de conversa em Patos de Minas, dia 20/08/2024, em parceria com a Casa da Mulher e os CRAS (Assistência Social), na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 11 pessoas. (CRAS III);
- Roda de conversa em Patos de Minas, dia 21/08/2024, em parceria com a Casa da Mulher e os CRAS (Assistência Social), na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 9 pessoas. (CRAS IV);
- Roda de conversa em Patos de Minas, dia 21/08/2024, em parceria com a CEMIL, na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 91 pessoas;
- Roda de conversa em São Gotardo, dia 21/08/2024, em parceria com a Assistência Social e empresa TSUGUE, na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 103 pessoas;

- Roda de conversa em Patos de Minas dia 23/08/2024, em parceria com a Casa da Mulher e os CRAS (Assistência Social), na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 9 pessoas. (CRAS I).

Setembro (2 ações de participação):

- Fórum territorial em Teófilo Otoni dia 05/09/2024, em parceria com a Polícia Militar (GEPAR), no bairro Manoel Pimenta, para construção de intervenções conjuntas com a população com vistas à segurança cidadã, com a presença de 42 pessoas.
- Roda de conversa em São Gotardo, dia 23/09/2024, em parceria com a Secretaria de Saúde, na temática “Prevenção à violência contra a mulher”, com a presença de 11 pessoas.

Destaca-se a primeira ação de participação social realizada na RISP 15 em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais através do GEPAR, com o intuito de construir com os moradores do bairro Manoel Pimenta, em Teófilo Otoni, ações para prevenção às violências no território:



Fórum territorial no bairro Manoel Pimenta (Morro do Eucalipto) em Teófilo Otoni, dia 05/09/2024, com a presença de 42 moradores

Conforme pactuado no último RM, houve a retomada das ações de participação social do programa. Reiteramos que ainda que afetadas pelas eleições municipais, houve grande avanço nas ações relativas a esse indicador. Isso reflete o intenso trabalho realizado entre coordenação, supervisão metodológica, supervisão da gestão e equipe técnica. Por fim, como fatores de atenção a serem levados em consideração para o próximo período em relação ao indicador 7.3, **elencam-se a necessidade de aumento do quórum das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e de São Gotardo, e a manutenção da quantidade de ações de participação social realizadas e o amadurecimento metodológico dos tipos de ação de participação social executadas pelo programa.**

Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
273	299	109,5%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
609	715	117,4%

Indicador 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
135	144	106,7%

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	6,24	240,4%

No que se refere aos indicadores desta área temática, voltados à mensuração do trabalho realizado pelas supervisões da gestão e metodológica, destaca-se o alcance da meta em todos os indicadores. No **indicador 8.1**, conforme apontado pelo RGR, o aumento das interações com o Poder Judiciário com a gestão social de base municipal se mostrou bastante desafiador. Por outro lado, o investimento em espaços de supervisão, seja em grupos menores ou individualizados, foi positivo para o desenvolvimento de habilidades de negociação, de leituras e diálogos com diferentes atores.

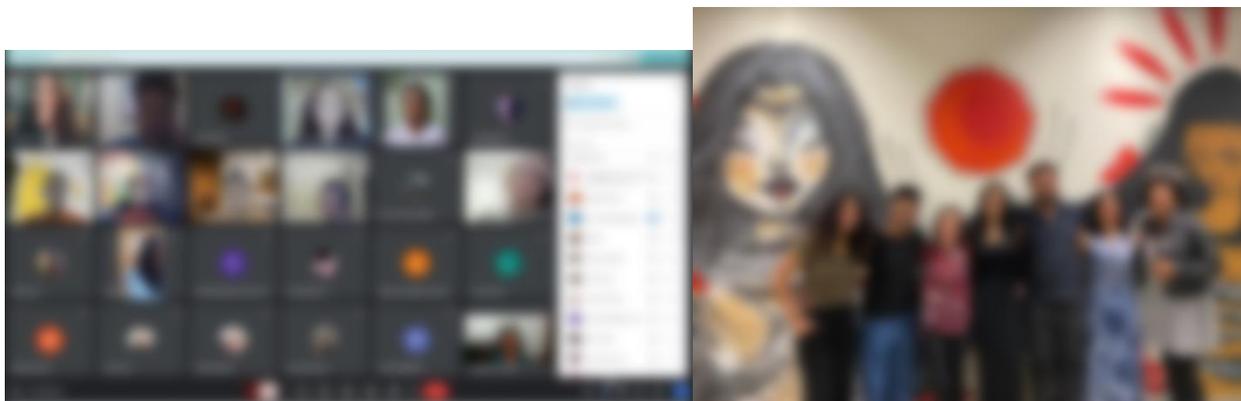
No que se refere ao **indicador 8.2**, o Programa Fica Vivo destaca a sistematização gráfica do Plano de Ação no Morro das Pedras, construído em supervisão com a equipe, para a qualificação da leitura da dinâmica social das violências e da criminalidade, análise dos homicídios e seus possíveis desdobramentos e, qualificação das oficinas no território. A proposta de construção do Plano de Ação formatado enquanto Mapa Mental pode facilitar a compreensão e análise da equipe, além de favorecer o compromisso quanto aos encaminhamentos acordados. As formações continuadas realizadas pela supervisão metodológica têm sido executadas em formato híbrido. No entanto, o RGR (página 162) registra apenas as participações em formato presencial. As participações em modalidade virtual flutuam entre 20 e 30 profissionais participantes.

Em complementariedade as formações, no dia 23/07/2024, a DPJU recorreu ao suporte da AGI para a execução de Reunião de Alinhamento Institucional sobre o “Cadastro Fica Vivo”. As equipes técnicas responderam uma pesquisa interativa sobre o público do programa para em seguida acessar informações sobre o perfil do público coletadas por meio do “Mutirão do Cadastro”. Os resultados do “Mutirão” apresentaram uma fragilidade na coleta de informações e apontaram para a necessidade de reformulação da planilha e formulário de Cadastro para tornar o preenchimento mais objetivo. Como encaminhamento desta reunião, **foi proposto que a OS promova o preenchimento gradual pelas equipes dos dados não informados no Cadastro até o final de 2024, de modo a cooperar com a proposta de unificação das planilhas de Relatório Unificado e Cadastro de Jovens a ser implementada em 2025.**

Com relação as formações continuadas realizadas pela supervisão da gestão aos gestores sociais, enfatizamos a contribuição das temáticas realizadas no período, sobretudo quando ampliadas para outros cargos estratégicos, visto que robustecem o repertório dos profissionais para a implementação de ações com foco na proteção da vida das juventudes.

A DPJU e o Departamento de Monitoramento de Projetos do Instituto Elo realizam em conjunto reuniões com o Comitê Gestor de Oficineiros e Oficineiras do Fica Vivo! Durante o período, foram realizados

GTs de Esporte, de Arte e Cultura e, do Seminário de Oficineiros FV e PMC. **Permanece a orientação para que a OS se engaje na preparação da reunião e seja mais propositiva em relação a construção da pauta com os oficineiros, desenvolvendo temas e apresentando soluções para as demandas dos participantes.**



Por último, quanto ao **indicador 8.4**, reiteramos ainda que **a gestão de recursos humanos da OS tem sido ponto de muita atenção no monitoramento realizado pelas diretorias dos programas da SUPEC, e pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão.** Conforme apontado no RGR, neste período avaliatório, assim como no anterior, foi necessário realizar uma série de processos seletivos para substituição de pessoal, devido às constantes saídas de profissionais. Conforme já evidenciado nos Relatórios de Monitoramento e da Comissão de Avaliação anteriores, a preocupação central da SUPEC se dá em razão dos **prejuízos causados pela elevada rotatividade dos profissionais contratados pela OS, posto também o investimento realizado em constantes capacitações e formações metodológicas.**

Isto posto, esta SUPEC já apresentou uma proposta de indicador de Turnover (taxa de rotatividade de colaboradores) que entrará na cartela de indicadores do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2019 substituindo o indicador 8.4. Essa mudança é justificada principalmente pela alta rotatividade de profissionais desta política pública, objetivando construir soluções para sanar o problema.

Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
64	64	100%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
6	6	100%

Assim como no último Relatório de Monitoramento, para o **indicador 9.1**, a SUPEC reitera que as informações detalhadas das dinâmicas criminais dos territórios e das análises produzidas não necessitam constar no RGR. Sobre este aspecto, observou-se um avanço no sentido de adequar a descrição das dinâmicas de violência dos territórios sem a exposição detalhadas de informações. **No entanto, sugere-se ainda uma redução textual para tornar a leitura mais dinâmica.**

Área Temática 10 – Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Na área temática 10, acerca dos **indicadores 10.1 e 10.2**, informa-se que este procedimento, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, ainda está sendo concluído pela Comissão de Monitoramento. Justifica-se o atraso em virtude de férias regulamentar de uma integrante que compõe a referida Comissão, a entrada de duas novas servidoras que estavam sendo capacitadas nos trabalhos, e ao aumento considerável do número de processos de compras e contratações a serem avaliados. Portanto, a supervisora do Contrato de Gestão levará a informação da finalização deste indicador na próxima Reunião da Comissão de Avaliação prevista para ocorrer no dia 04/11/2024.

3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

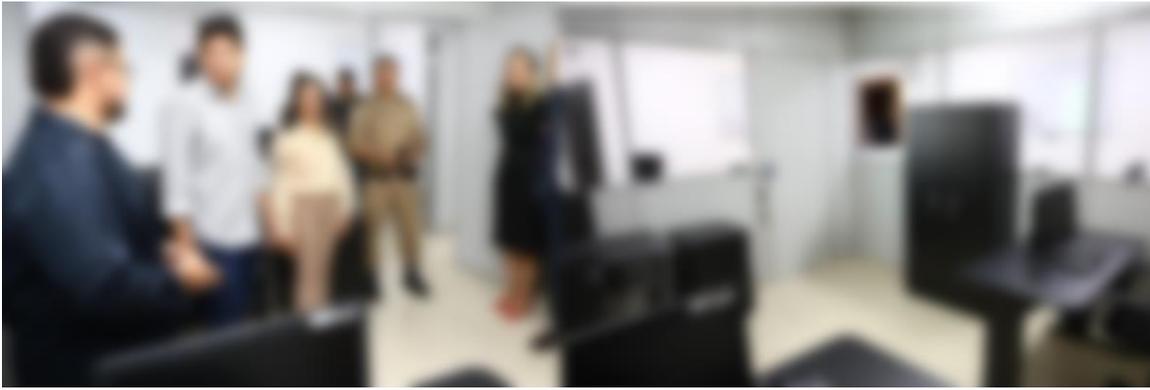
Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1	Implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade 1.3 Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP -Teófilo Otoni)	8	30/08/2024	26/08/24	Aprovado

3.1. Detalhamento da realização dos produtos

Para o 23º Período Avaliatório foi prevista a entrega do **Produto 1.3** - Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP -Teófilo Otoni), entregue e aprovado dentro do prazo em 26/08/2024.

Conforme abordado no RGR, este produto foi concluído com êxito, bem como os prazos apresentados no cronograma foram cumpridos através do esforço e dedicação conjunta de todos os profissionais envolvidos.

O Instituto Elo concluiu todas as etapas da estruturação física da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni em 09/07/2024, demonstrando grande responsabilidade com os procedimentos. Foi um processo de muita excelência e agilidade. No dia 26/06/2024, houve a visita presencial da chefia da pasta da Prevenção e da Superintendente Flávia Mendes na UPC, juntamente com o prefeito e o gestor social. No mesmo dia foi lançado o Programa em evento no município.



4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	1.413.479,60	720.297,02	50,96%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.424.300,00	4.047.505,89	63,00%
3	Capacitações da equipe contratada	215.000,00	97.148,20	45,19%
4	Deslocamento da equipe contratada	108.000,00	78.944,33	73,10%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	214.200,00	96.368,58	44,99%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	679.000,00	658.613,49	97,00%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	87.200,00	20.117,00	23,07%
9	Ações do Programa Se Liga	39.700,00	21.784,81	54,87%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	283.721,93	68,37%
15	Emenda Parlamentar	479.200,00	340.042,60	70,96%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPs e Sede Administrativa	234.000,00	82.697,32	35,34%
17	Bem estar social	9.000,00	1.050,00	11,67%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	108.000,00	62.491,30	57,86%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	1.756,14	14,63%
20	Gestão das UPs - Manutenção, Reforma e Obras.	300.000,00	144.657,54	48,22%
21	Gestão das UPs - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	292.800,00	305.123,23	104,21%
22	Gestão das UPs - Contratação de serviços de limpeza de caixas d'água, telhados, calhas etc. Serviços elétricos, hidráulicos, vidraçaria, marcenaria, chaveiro, extintor de incêndio, capina, dedetização, carros/mudanças, etc.	48.000,00	54.077,13	112,66%
23	Gestão das UPs - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	60.000,00	149.820,38	249,70%
24	Gestão das UPs - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	3.489,00	29,08%
25	Gestão das UPs - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPs.	12.000,00	940,00	7,83%
26	Gestão das UPs - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	287.100,00	126.286,87	43,99%
27	Gestão das UPs - Despesas de pronto pagamento.	132.000,00	70.283,10	53,24%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.	400.000,00	400.000,00	100,00%
Total		11.981.939,60	7.767.215,86	64,82%

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	720.297,02
Área Fim	7.046.918,84

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	18.272.393,93	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	16.988.217,19	13.731.427,19	21.432.060,10	21.432.060,10	21.432.060,10
(E) Total de Entradas de Recursos	165.192,67	9.452.246,25	653.021,54	153.293,99	124.950,49	11.515.996,63	176.682,04	137.923,21	11.324.102,28	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	3.225.361,16	3.353.598,39	3.273.302,48	3.320.711,89	3.471.873,86	3.298.153,04	3.582.559,53	3.394.713,21	3.623.469,37	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	16.988.217,19	13.731.427,19	21.432.060,10	21.432.060,10	21.432.060,10	21.432.060,10

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	7.307.428,73
(C) Recursos Comprometidos	3.468.400,61
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	3.810.676,39
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	6.845.554,37
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	21.432.060,10

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	21.432.060,10
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	21.432.060,10
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	4.633.992,72
Transferência para Reserva	1.359.853,25
Rendimentos Fin da Reserva	454.696,57
Gastos da Reserva	3.597,66
Saldo	6.444.944,88

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	TOTAL	
Previsto											
1	Entrada de Recursos										
1.1	Repasses	9.319.006,51	-	-	11.380.374,00	-	-	11.166.828,85	-	-	31.866.209,36
1.2	Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	176.682,04	137.923,21	157.273,43	1.356.949,74
1.3	Receitas Arrecadadas										
1.3.1	Receitas Arrecadadas	479.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00
	Subtotal Receitas:	488.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	488.200,00
(E)	Total de Entradas:	9.972.399,18	133.239,74	173.821,54	11.532.617,99	124.950,49	135.622,63	11.343.510,89	137.923,21	157.273,43	33.711.359,10

2 Saída de Recursos											
2.1	Gastos com Pessoal										
2.1	Salários	1.642.202,21	1.662.603,83	1.662.603,83	1.667.803,98	1.713.036,82	1.713.036,82	1.718.168,64	1.742.999,86	1.748.456,84	15.270.912,83
2.2	Estagiários	121.737,00	121.737,00	121.737,00	126.021,00	126.021,00	126.021,00	129.234,00	129.234,00	129.234,00	1.130.976,00
2.3	Encargos	487.477,66	494.472,40	494.472,40	496.634,97	511.992,88	511.992,88	514.088,07	521.920,06	523.933,08	4.556.984,40
2.4	Benefícios	467.250,89	474.258,83	474.258,83	475.178,55	491.188,91	491.188,91	492.104,44	501.106,87	506.534,68	4.373.070,91
	Subtotal (Pessoal):	2.718.667,76	2.753.072,06	2.753.072,06	2.765.638,50	2.842.239,61	2.842.239,61	2.853.595,15	2.895.260,79	2.908.158,60	25.331.944,14
2.2	Gastos Gerais	1.300.566,53	1.063.266,53	1.121.516,53	1.507.866,53	763.366,53	763.366,53	1.315.566,53	776.366,53	776.366,53	9.388.048,77
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	434.600,00	396.500,00	1.100,00	317.820,00	-	-	-	-	-	1.150.020,00
2.4	Transferência para Reserva	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	176.682,04	137.923,21	157.273,43	1.356.949,74
(S)	Total de Saídas:	4.619.026,96	4.346.078,33	4.049.510,13	4.743.369,02	3.730.556,63	3.741.228,77	4.345.843,72	3.809.550,53	3.841.798,56	37.226.962,65

											Realizado (j) Previsto	Previsto	
1.1	Repasses	9.319.006,51	-	-	11.380.374,00	-	-	11.166.828,85	-	-	31.866.209,36	100,00%	-
1.2	Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	176.682,04	137.923,21	157.273,43	1.356.949,74	100,00%	-
1.3	Receitas Arrecadadas												
1.3.1	Receitas Arrecadadas	479.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00	100,00%	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00	-	-
	Subtotal Receitas:	479.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00		

												Realizado (j) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal												
2.1.1	Salários	1.425.025,43	1.433.900,34	1.461.346,34	1.432.378,63	1.521.149,48	1.540.609,62	1.504.124,39	1.571.371,61	1.558.063,49	13.447.989,33	88,08%	1.822.943,50
2.1.2	Estagiários	73.267,08	95.363,33	57.257,08	90.120,24	94.537,08	95.798,35	90.954,41	94.915,19	88.707,45	782.098,46	69,15%	348.877,54
2.1.3	Encargos	482.219,90	474.309,54	466.738,86	467.297,71	478.943,48	495.977,46	482.579,01	508.809,14	503.704,26	4.360.579,36	95,69%	196.405,04
2.1.4	Benefícios	202.800,96	469.033,26	490.845,56	489.464,24	503.424,23	526.704,27	535.859,81	545.391,83	545.679,06	4.604.220,64	105,29%	(231.149,73)
	Subtotal (Pessoal):	2.183.313,37	2.472.606,47	2.476.187,84	2.479.260,82	2.598.054,27	2.659.089,70	2.613.517,62	2.720.487,77	2.696.154,26	23.194.867,79	91,56%	2.137.076,35
2.2	Gastos Gerais	605.081,39	671.894,88	741.141,09	763.823,81	791.092,26	708.750,34	748.539,21	809.226,06	1.923.191,59	7.769.865,47	82,76%	1.618.183,30
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	73.844,73	5.698,00	351,99	120.103,00	6.936,00	22.221,20	12.618,78	1.178,00	1.510,40	244.462,10	21,28%	905.557,90
2.4	Transferência para reserva	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	176.682,04	137.923,21	-	1.199.676,31	88,41%	157.273,43
	Subtotal Saídas:	3.687.432,13	3.743.369,02	3.771.302,06	3.755.432,62	3.916.126,02	3.963.663,74	3.972.428,65	4.039.421,04	5.170.065,31	37.226.962,65	87,06%	4.818.090,98

Memória de Cálculo B – FUNEMP

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	-	0,00	-
2	Acompanhamento in loco da Supervisão Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	-	-	-
Total		-	0,00	-

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	0,00
Área Fim	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elio

23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	857.460,43	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	770.382,42	733.262,39	813.868,79	813.868,79	813.868,79
(E) Total de Entradas de Recursos	7.766,15	5.575,92	321.895,76	7.032,85	6.700,71	185.811,30	7.638,85	6.943,57	127.081,44	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	147.043,09	127.986,76	81.492,05	86.795,73	69.817,42	62.905,95	53.458,55	44.063,60	46.475,04	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	770.382,42	733.262,39	813.868,79	813.868,79	813.868,79	813.868,79

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	332.727,53
(C) Recursos Comprometidos	30.373,09
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	450.768,17
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	813.868,79

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	813.868,79
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	813.868,79
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	149.701,47
Transferência para Reserva	60.730,08
Rendimentos Fin da Reserva	15.386,27
Gastos da Reserva	-
Saldo	225.817,82

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

23º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	TOTAL	
Previsto											
1	Entrada de Recursos										
1.1	Repasses	316.536,70	-	-	179.616,38	-	-	120.429,84	-	-	616.582,92
1.2	Rendimentos Fin.	7.786,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,92	7.638,85	6.943,57	6.651,60	59.863,63
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

21	Gastos com Pessoal										
21	Salários	89.785,46	59.856,97	59.856,97	59.856,97	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	418.998,82
212	Estagários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
213	Encargos	39.376,05	29.453,17	29.453,17	29.453,17	19.795,89	19.795,89	19.795,89	20.138,68	20.138,68	227.400,59
214	Benefícios	30.443,26	20.295,51	20.295,51	20.295,51	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	142.068,53
	Subtotal (Pessoal):	159.604,77	109.605,65	109.605,65	109.605,65	59.872,13	59.872,13	59.872,13	60.214,92	60.214,92	788.467,94
22	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Transferência para Reserva	7.518,05	7.786,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	7.638,85	6.943,57	6.651,40	61.186,56

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	TOTAL	
Realizado											
1	Entrada de Recursos										
1.1	Repasses	316.536,70	-	-	179.616,38	-	-	120.429,84	-	-	616.582,92
1.2	Rendimentos Fin.	7.786,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,92	7.638,85	6.943,57	6.651,60	59.863,63
1.3	Receitas Arrecadadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Realizado (/) Previsto	Previsto
100,00%	-
100,00%	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
100,00%	-

21	Gastos com Pessoal										
21	Salários	76.733,39	50.585,96	55.068,04	42.474,97	28.808,81	29.926,34	23.253,50	25.474,71	29.914,59	362.240,33
212	Estagários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
213	Encargos	32.546,80	23.957,72	22.372,71	21.157,14	14.047,03	11.503,59	12.801,54	12.935,52	12.763,96	163.886,01
214	Benefícios	13.199,04	24.617,19	17.584,10	16.461,77	8.850,52	10.571,37	10.003,65	8.639,03	10.246,45	125.448,77
	Subtotal (Pessoal):	122.479,23	99.160,89	95.024,85	80.093,88	51.766,36	52.001,30	45.856,69	47.049,26	52.925,00	651.575,11
22	Gastos Gerais	(0,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,00)
23	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	Transferência para Reserva	7.786,16	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,92	7.638,85	6.943,57	-	53.212,03

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
86,45%	56.758,49
-	-
72,07%	63.514,58
88,30%	16.619,76
82,64%	136.892,83
-	0,00
-	-
86,97%	7.974,53
82,95%	144.867,36

4.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 09/10/2024. Ademais, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade com os saldos informado nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 23º período avaliatório foi executado 87,06% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 82,95% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, **nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018**. Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio e as informações dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da SUPEC.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de Monitoramento 23º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2024.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 23º período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores (planilhas apresentadas pelos programas) e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos e a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro apresentado pelo Instituto ELO.

Esclarecemos ainda, que o procedimento da checagem amostral periódica, ou seja, a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente, encontra-se em finalização, conforme justificativa apresentada no Relatório de Monitoramento, e será apresentado até a data da reunião da Comissão de Avaliação.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração, precipuamente, das diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (100667062).

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2024.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Marina Tereza da Silva Coelho

Ana Carolina dos Santos Gonçalves

Representante da Unidade Financeira do OEP

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

(Servidora se encontrava no período de férias regulamentares)

Cícera Maia

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019



Documento assinado eletronicamente por **Marina Tereza da Silva Coelho**, Assessor(a), em 31/10/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz**, Assessora Chefe, em 31/10/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícera Maia**, Servidora, em 31/10/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina dos Santos Gonçalves**, Servidor(a) Público(a), em 31/10/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **100667500** e o código CRC **8FB1405A**.